



RELATÓRIO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2017



FONPLATA



PARACUAT

BRACU



FONPLATA



Conteúdo

ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES	6
DIRETORIA EXECUTIVA	7
MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
1 CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL	11
2 OPERAÇÕES POR PAÍS	17
Argentina	18
Bolívia	20
Brasil	22
Paraguai	24
Uruguai	26
3 RESULTADOS DA GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	29
Resumo Executivo	30
DESEMPENHO DA GESTÃO	34
3.1 Fontes dos Recursos de Financiamento	34
3.2 Receitas e Rentabilidade	35
3.3 Coerência com os Objetivos Estratégicos Estabelecidos	39
3.4 Eficiência Operacional	41
3.5 Solidez do Perfil Financeiro e Patrimonial	42
3.6 Financiamento e Liquidez	42
3.7 Eficácia Institucional	43
3.8 Contribuição para o Crescimento Equitativo da Sub-Região	44
4 ANEXOS	47
ANEXO I - INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS	49
Argentina	50
Bolívia	52
Brasil	54
Paraguai	55
Uruguai	56
Cooperação Técnica - Operações de Recuperação Contingente	57
Cooperação Técnica - Operações Não Reembolsáveis	58
Cooperação Técnica - Operações Não Reembolsáveis - IIRSA	59
ANEXO II - RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017	61
ANEXO III	107
Alianças Estratégicas	108
Apoio a Iniciativas	108
Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa	110
Inauguração da Nova Sede do FONPLATA	111

Assembleia de Governadores



Luis Andrés Caputo
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE
GOVERNADORES**



Luis Andrés Caputo
TITULAR

Federico Sturzenegger
ALTERNO



Mariana Prado Noya
TITULAR

Mario Alberto Guillén
ALTERNO



Dyogo Oliveira
TITULAR

Jorge Saba Arbache
ALTERNO



Lea Giménez Duarte
TITULAR

Humberto Colmán
ALTERNO



Danilo Astori
TITULAR

Pablo Ferreri
ALTERNO

Diretoria Executiva



Gerónimo Frigerio
**PRESIDENTE DA DIRETORIA
EXECUTIVA**



Gerónimo Frigerio
TITULAR

Félix Martín Soto
ALTERNO



Antonio Mullisaca Díaz
TITULAR

Sergio Armando Cusicanqui Loayza
ALTERNO



Carlos Eduardo Lampert Costa
TITULAR

Sílvia Helena Machado Drummond
ALTERNA



Oscar A. Pérez López
TITULAR

Francisco Ogura
ALTERNO



Fernando Luis Scelza Martínez
TITULAR

Mariella Maglia Mazzilli
ALTERNA



Mensagem do Presidente

Os resultados da gestão no ano de 2017 confirmam que o FONPLATA continuou a ampliar seu papel como ator relevante para o financiamento da integração, do desenvolvimento transfronteiriço regional e da inclusão. Embora sejam muitas as realizações dos últimos doze meses e seria extenso enumerá-las, eu gostaria de referir aquelas que por sua natureza e seu impacto contribuem para consolidar o crescimento e a transformação do FONPLATA como banco para o financiamento do desenvolvimento.

Foram aprovadas 12 novas operações por um montante de US\$ 327 milhões, alinhadas com a meta estabelecida no mandato recebido da Assembleia de Governadores para 2017. A carteira de empréstimos aumentou 22% em comparação com o ano anterior, mantendo o crescimento médio de 21% acumulativo anual desde 2013. Por sua vez, os desembolsos dos empréstimos atingiram US\$ 171 milhões, ultrapassando em 35% o patamar do ano anterior.

A eficiência e os baixos custos transacionais atingidos com a estratégia institucional em vigor foram mantidos, cumprindo um de nossos principais objetivos para 2017.

A Assembleia de Governadores aprovou o Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2018 – 2022, reafirmando a confiança de nossos países-membros na transição institucional do FONPLATA para um banco regional de desenvolvimento.

A estratégia institucional para 2018 – 2022 oferece um respaldo sólido para a expansão sustentável do FONPLATA. Dentre seus aspectos mais notáveis, destaca-se a determinação dos países-membros para explorar a possibilidade de incorporar novos parceiros à instituição, que contribuam com conhecimentos, compromisso para com o desenvolvimento regional e solidez financeira.

A ratificação da classificação de risco de crédito de grau de investimento (A- pela Standard & Poor's e A2 pela Moody's) confirma a solidez do perfil financeiro e dos negócios, bem como o nível de maturidade

atingido pela instituição. Durante 2017, avançou-se na consolidação do programa de financiamento, diversificando as fontes e aumentando o volume de endividamento em condições favoráveis para a instituição e seus países-membros.

A integralização dos aportes de capital a serem pagos em dinheiro correspondentes ao aumento de capital de 2013, e o compromisso da totalidade do capital exigível do segundo aumento de capital de 2016, ratificam o apoio de nossos países-membros e viabilizam o aumento das aprovações anuais dos empréstimos conforme previsto na atualização do PEI.

Foram consolidadas alianças estratégicas com outros Bancos e Instituições de Desenvolvimento, dentre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a CEPAL e a ALADI. Estas alianças, além de aprofundar a complementaridade do FONPLATA, permitiram a adoção de boas práticas, a geração de conhecimento e a expansão das possibilidades de financiamento e de cofinanciamento para cuidar das demandas crescentes de nossos países-membros.

No âmbito interno, vale salientar que, em 2017, destacados profissionais dos cinco países-membros se uniram a nosso quadro de pessoal, melhorando as capacidades e a qualidade do capital humano do FONPLATA.

Também foi um marco na história do FONPLATA a inauguração de nossos novos escritórios e da primeira sede própria em Santa Cruz de la Sierra, com a presença do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales Ayma, de todos os Governadores do FONPLATA e do Presidente da CAF, entre outras autoridades nacionais e internacionais.



Além disso, continuamos a promover nosso compromisso com a responsabilidade social, apoiando a Copa FONPLATA de Futebol Feminino Sub 17, o Festival de Cinema FENAVID e o Festival Internacional de Teatro, entre outros eventos importantes que contribuem para consolidar nossos vínculos com a cidade de Santa Cruz de la Sierra e com nosso país sede.

Além de manter nosso compromisso com o crescimento sustentável de nossas operações, alguns dos principais desafios para 2018 são os seguintes:

- Desenvolver esquemas e ferramentas de forma a ampliar a oferta de recursos para cuidar da demanda crescente de projetos de desenvolvimento priorizados com nossos países-membros.
- Aprofundar o desenvolvimento de alianças estratégicas com o MERCOSUL-FOCEM, Instituições Financeiras e Agências para o Desenvolvimento.
- Assentar as bases programáticas, jurídicas e financeiras para habilitar a expansão de membros do FONPLATA.

- Continuar com a implementação do plano de desenvolvimento e de renovação tecnológica do FONPLATA, aprofundando a eficiência da gestão, a minimização dos custos das transações e a inovação.

Da mesma forma como temos feito desde o final do ano de 2012, estes desafios deverão ser cumpridos com precaução e com o foco em continuar a fortalecer o perfil financeiro e de negócios do órgão, mantendo equilíbrio na exposição ao risco de crédito e garantindo fluxos líquidos de capitais positivos para nossos países-membros.

As realizações constituem *per se* um marco e, com certeza, nenhuma teria sido possível sem o respaldo recebido permanentemente de nossos Governadores e dos países-membros, o compromisso da Diretoria Executiva, e a dedicação e as contribuições de cada um de nossos funcionários.

Por meio destas palavras, quero manifestar a todos eles minha gratidão pelas realizações e compartilhar minha certeza de que, graças à continuidade deste esforço, 2018 será mais um avanço na sequência de crescimento e de consolidação do FONPLATA em nosso esforço por continuar a levar o desenvolvimento mais perto das pessoas.



A photograph of a woman with dark hair, wearing a white t-shirt and a bright orange apron, standing at a market stall. The stall is filled with fresh produce, including green beans, tomatoes, and leafy greens. In the background, a sign with the word 'fruits' is partially visible. The image is overlaid with a large, semi-transparent green shape in the upper right corner, which contains the text '1 | Contexto econômico e social'.

1 | Contexto econômico e social

Contexto econômico e social

No ano de 2017 ocorreu um marco histórico: a primeira recuperação sincronizada das grandes economias do mundo, juntamente com a colossal injeção de liquidez do Banco da China. Segundo as projeções, poderia ocorrer mais um recorde em 2018: seria o ano com menor número de países em recessão na História. De acordo com o FMI, em 2018, de um total de 191 economias, apenas seis, que representam menos de 5% do PIB mundial, terão indicadores negativos – Venezuela e Porto Rico na nossa região. Isto contrasta com a situação de 2009, quando em torno de 90 países do mundo estiveram em crise. O FMI estima que, em 2017, o PIB mundial cresceu 3,7%, projetando um crescimento maior para 2018 (3,9%).

Até hoje não existiam tantos motivos para sermos cautelosamente otimistas. O mundo parece ter saído definitivamente da recessão mundial iniciada há 10 anos pela grande crise financeira internacional.

Os EUA iniciam seu nono ano de expansão (segundo período de crescimento prolongado mais longo de sua História) junto com o aumento no gasto público e, recentemente, com a redução de impostos. Por sua vez, os receios de uma interrupção no crescimento da China diminuíram e evitaram uma queda brusca. Ambas as economias estão criando vagas de emprego, contribuindo com tecnologia em inovação, investindo, e mandando milhões de turistas para o mundo, sem problemas relevantes que possam interromper um ciclo positivo. A Europa cresce além de seu potencial graças aos fundos de baixo custo injetados pelo Banco Central Europeu e à redução das regulamentações. Apesar de o BREXIT ter gerado maior incerteza quanto às regras do comércio na Europa, espera-se que o Banco Central Europeu (BCE) conclua seu programa de apoio à economia (compra de dívida), favorecendo o aumento das taxas de juros. O Japão está recuperando seu consumo privado e os investimentos. A África está se tornando mais um motor da economia mundial, e os emergentes da América Latina mostraram, nos dois últimos anos, níveis de crescimento encorajadores. A América Latina enfrentou problemas que reduziram seu desenvolvimento econômico, mas tudo parece mostrar que a situação

está se normalizando e que oportunidades podem se consolidar, principalmente, em países como a Colômbia, o Chile, a Argentina, o Brasil e o México. Nos países da sub-região da Bacia do Prata, a mudança mais importante ocorre nos países maiores, o Brasil e a Argentina, com uma perspectiva de crescimento de cerca de 3% em 2018, sem grandes mudanças nas paridades cambiais. Isso constitui um bom contexto para os três países de menores dimensões.

O comércio internacional, que em 2016 tinha atingido o menor patamar dos últimos 20 anos, aumentará 3,2% em 2018.

A pergunta é se isso tudo será sustentável. Há convergência de opiniões quanto ao fato do ciclo ser positivo. Porém, os crescimentos das economias são medíocres, com inflação contida, com alguma recuperação nos preços das *commodities* e sem índices de superaquecimento. Com o foco em 2020, podemos pensar que a bonança irá continuar. Com o amplo crescimento das economias no mundo, é certo que um abalo em alguma delas poderá ser absorvido pelo crescimento global. É isso que torna sustentável, no médio prazo, a recuperação do crescimento que não é percebido como acelerado e que ainda parece frágil diante de fatos imprevisíveis.

Estima-se que em 2018 os bancos centrais do mundo desenvolvido irão acabar com o programa de estímulos. Na medida em que o FED (Sistema da Reserva Federal dos EUA) retirar o que foi a maior experiência de política monetária da história recente, aumentará a volatilidade e as rentabilidades serão inferiores às de 2017. É possível que os investimentos em renda variável atinjam seu ponto máximo depois da importante valorização dos últimos anos. Não é esperado que o FED aumente as taxas de juros para além dos três ajustes de um quarto de ponto percentual. Esta situação é coincidente com duas tendências que preocupam: o crédito no mundo desenvolvido continua sem fluir como é necessário, nos EUA aumenta em 0,8%, valor típico de momentos de recessão, e na Europa mantém o ritmo de 2013. Se o dinheiro não chegar às empresas e aos consumidores, o impulso da economia poderia diminuir. Somam-se a isto muitas outras incertezas quanto à economia: conflitos entre o Leste e o Oeste da Europa, uma hipotética tensão institucional nos EUA por trás do maior protecionismo que está sendo impulsionado e a manutenção de um dólar fraco, que continuou a se desvalorizar



em 2017 contra uma cesta de 6 moedas, apesar do sólido crescimento, do baixo nível de desemprego e da inflação moderada nos EUA.

Para transformar-se em um motor da economia mundial, a América Latina precisa de muito investimento nacional e internacional em infraestrutura socioeconômica e produtiva. A importância da região na produção de commodities exportáveis multiplica as

necessidades logísticas, de distribuição e de desenvolvimento do capital humano. No entanto, concluída a década brilhante do ciclo de preços das commodities, acompanhada da queda nas taxas de juros internacionais e no valor do dólar, diminuem as possibilidades de manter uma base atrativa que permita o crescimento da produtividade e da competitividade no âmbito do investimento, consolidando investidores que precisam de boas condições para fazê-lo na região.

À medida que o estímulo desses fatores externos excepcionais desaparece, torna-se mais evidente o processo generalizado de valorização cambial das moedas nacionais nos últimos anos, o que pode ser definido como o aumento medido em dólares dos custos de produção comparados com outros países de fora da região contra os quais concorremos. Essa situação freia a diversificação e a expansão das fontes de crescimento interno, reduzindo a rentabilidade líquida dos setores comercializáveis e tornando o crescimento cada vez mais dependente do consumo doméstico. Daqui em diante, não é esperado que os preços em dólares sofram grandes mudanças, consolidando o consumo como o fator principal

de expansão do produto. Para competir, os países da região dependerão cada vez mais de suas vantagens comparativas naturais e da melhora da produtividade e do investimento para sustentar de forma mais equilibrada as fontes de crescimento e as conquistas resultantes da expansão da despesa pública social.

Na maioria dos países da sub-região do FONPLATA não são observadas melhoras no índice de competitividade. Apesar das diferenças, em geral os níveis de investimento sobre o PIB sofreram uma queda em comparação com os níveis atingidos durante o ciclo de preços das *commodities* e a produtividade não aumentou para compensá-los. Acrescenta-se a isso o processo de aumento moderado, porém permanente, das taxas de juros internacionais, livre de risco e maior rigidez para aumentar os níveis de endividamento sobre o PIB. Ambos os fatores dificultam a redução dos altos déficits fiscais que aumentaram a pressão tributária e, em alguns casos, geraram realinhamento das tarifas públicas e de outros serviços públicos e de emprego, tornando mais complexa a convivência com uma política monetária contracionista generalizada na sub-região, para manter baixos os níveis de inflação.

Essa situação deixou menos espaço ao investimento público, pois houve enfraquecimento das fontes internas do financiamento do desenvolvimento de longo prazo, que é fundamental para o futuro da região. O IDE (Investimento Direto Estrangeiro), dinâmico até pouco tempo, vem desacelerando mais pela piora das condições de atração do que pela falta de

oferta de fundos no âmbito global. Isto, associado à expansão do consumo como principal fonte do crescimento, reduz os incentivos ao investimento privado em atividades comerciais e produtivas de mais longo prazo.

Fechar a importante brecha em infraestrutura da região e apoiar iniciativas de investimento que priorizem o impacto na redução dos custos de produção, na inclusão social e no impulso às cadeias de valor que beneficiem a mais de um país são ações que continuarão a requerer maiores níveis de financiamento de longo prazo, grande impulso aos incentivos à participação do setor privado em investimentos de longo prazo através de novas modalidades de contratação com o Estado, além do uso de incentivos fiscais transitórios para ampliar o espaço para investimento privado de longo prazo.

Nesse contexto, o FONPLATA continua a apoiar o desenvolvimento dos países-membros para aumentar os níveis de financiamento em condições financeiras estáveis e competitivas para projetos de investimento público, bem como a focalizar sua carteira na infraestrutura para a integração e o desenvolvimento inclusivo. Para tanto, executa as ações de seu plano estratégico (PEI), recentemente atualizado de acordo com o mandado da Assembleia de Governadores, priorizando a implementação de novos esquemas financeiros que viabilizem o crescimento contínuo de sua capacidade de empréstimo.







2 | Operações por país





ARGENTINA

Com mais de US\$ 380 milhões em sua carteira de execução, o FONPLATA está focalizando suas atividades no desenvolvimento de comunidades rurais e fronteiriças para beneficiar, assim, os segmentos mais vulneráveis da população por meio do fomento à integração, ao comércio e ao maior relacionamento com os países vizinhos.

Programas de desenvolvimento social, água e saneamento, de controle do Mal de Chagas, bem como de financiamentos produtivos para pequenas e médias empresas estão sendo desenvolvidos nas províncias fronteiriças do noroeste e nordeste argentino (NOA e NOE, respectivamente).

Igualmente, em coordenação com as autoridades locais, estão sendo financiadas obras voltadas para resolver problemas de mobilidade na região metropolitana de Buenos Aires, uma das áreas com maior congestão de veículos no país, para então facilitar o trânsito de pessoas entre a Província de Buenos Aires e a Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Outro de nossos projetos está ligado à modernização da administração da justiça, por meio da renovação dos registros e

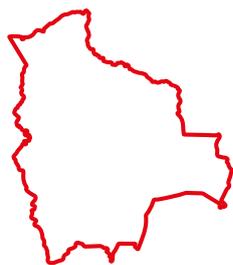
da realização de procedimentos online, com vistas a melhorar a transparência e os serviços à cidadania. Também está sendo apoiada a realização da pesquisa às famílias, uma ferramenta que permitirá ao Instituto de Estatísticas e Censos (INDEC) atualizar as informações sobre os hábitos dos argentinos, para então planejar melhor as políticas e os programas voltados para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

Portanto, o plano de trabalho na Argentina é amplo, abrangendo as comunidades mais isoladas e distantes nas áreas fronteiriças até o trânsito nas áreas circundantes da capital e o fornecimento de ferramentas para melhorar o funcionamento das instituições do Estado.

Argentina







BOLÍVIA

O programa de trabalho na Bolívia está ligado aos esforços realizados pelo país para a construção e melhoria de sua infraestrutura viária. A maior parte dos US\$ 295 milhões da carteira da Bolívia é destinada a esse fim.

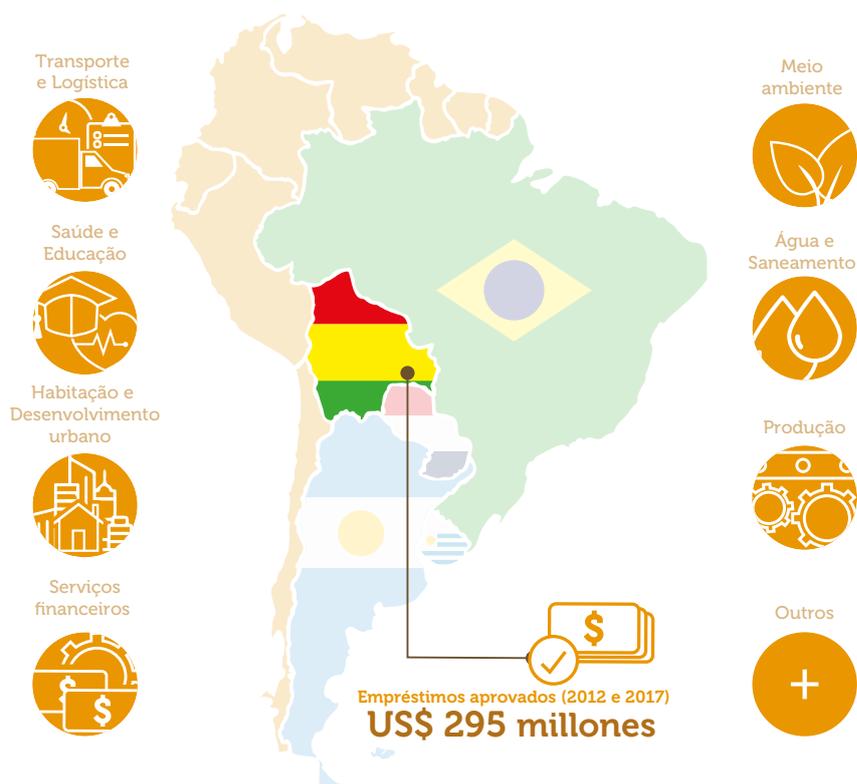
A esse respeito, trabalhos estão sendo realizados em vários trechos do corredor rodoviário Leste-Oeste para melhorar os tempos de transporte de carga e de passageiros. Também são financiadas rodovias para a região da Chiquitania, centro de enorme riqueza produtiva, biodiversidade e patrimônio histórico no qual estão localizadas as Missões Jesuíticas da Bolívia, que, junto com as da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, formam um núcleo de cultura comum e com grandes possibilidades de se tornarem polos turísticos e de integração para a Bacia do Prata.

Procuramos, ainda, a inclusão socioeconômica das áreas rurais isoladas do Departamento de Cochabamba, por meio de um programa de construção de pontes para garantir acessibilidade a áreas de serviços educacionais, de saúde e comerciais.

Foram financiadas obras para a proteção contra inundações em milhares de hectares dedicados à produção agrícola no Departamento de Santa Cruz, que contribuíram para a mitigação de importantes perdas econômicas e produtivas e para os objetivos de segurança alimentar do país.

Por último, o FONPLATA faz parte do Programa de Emprego liderado pelo Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, focado na melhoria da infraestrutura urbana, cuja primeira fase será executada nas cidades de Cobija, La Paz, Oruro, Potosí, Riberalta e Sucre.

Bolívia







BRASIL

A carteira de US\$ 182 milhões do Brasil tem sua maior parte voltada para o desenvolvimento de cidades de pequeno e médio portes no interior de diversos estados do centro e do sul do país. O objetivo principal é contribuir para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida das pessoas nessas cidades.

A cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia e importante porto sobre o rio Paraguai, no estado de Mato Grosso do Sul, é objeto de amplo programa de renovação urbana e portuária, que contribuirá para melhorar seu posicionamento como eixo turístico e de integração em toda a área de influência da Bacia do Prata.

Na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, serão financiadas obras de desenvolvimento ambiental, bem como a construção de unidades habitacionais, tanto para a população urbana quanto para a rural desse município de quase 400 mil habitantes no sul do Brasil.

O projeto aprovado para a cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, servirá para que os mais de 200 mil habitantes do município usufruam de maior fluidez no trânsito veicular, reduzindo os tempos de viagem, os custos de manutenção dos

veículos e a poluição ambiental, e gerando condições favoráveis para a expansão das atividades produtivas locais.

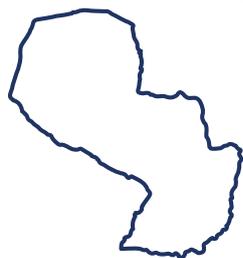
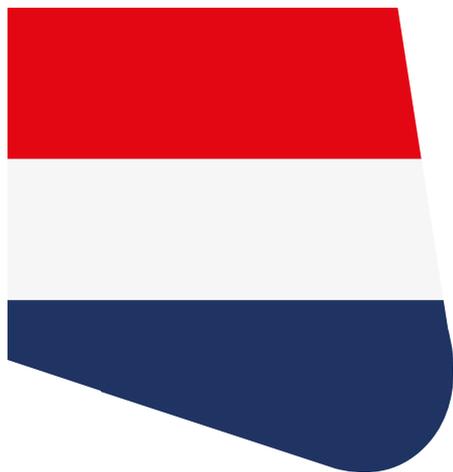
O “Programa Eixo Ecológico Linha Verde na Região Leste de Joinville”, também em Santa Catarina, prevê a ampliação da estação de tratamento de esgotos e a construção de rede de esgoto. Também será construída uma ponte para melhorar a conectividade entre as zonas leste, norte e sul da cidade.

Em Atibaia, estado de São Paulo, obras de água, saneamento e mobilidade urbana serão executadas no âmbito do programa do governo local “Moderniza Atibaia”, concentrando-se na ampliação de alguns dos principais eixos viários da cidade e na canalização de alguns rios.

Brasil







PARAGUAI

Os US\$ 222 milhões da carteira para este país têm sido destinados principalmente para a construção e a manutenção da infraestrutura viária para melhorar as condições do transporte de pessoas e de produtos, bem como fortalecer os corredores de integração com nações vizinhas.

As obras financiadas estão ligadas à construção de novas rodovias e pontes e à reabilitação e manutenção das redes mais importantes.

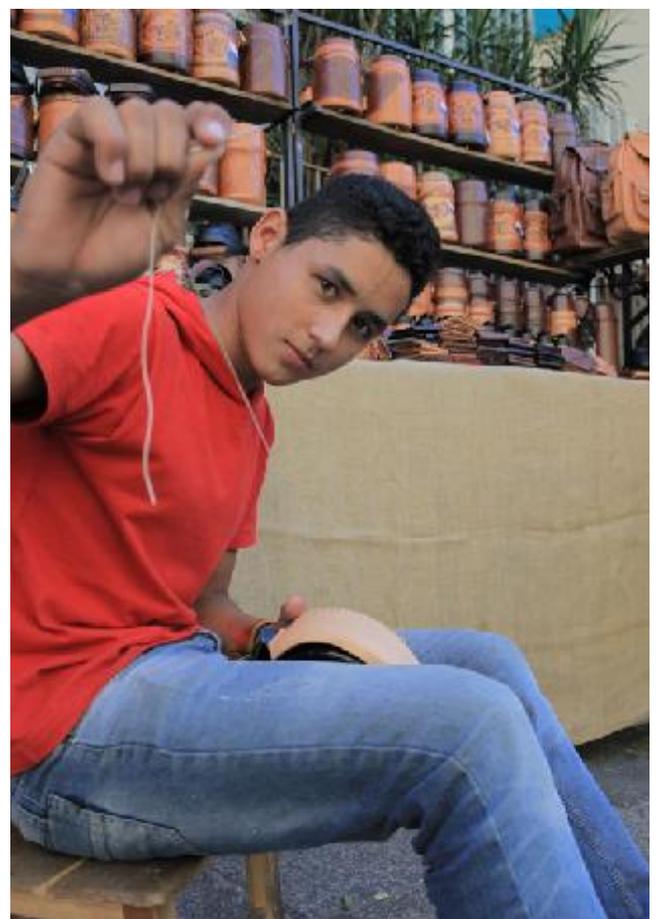
Em outra operação, o Fundo Pecuário está sendo apoiado para financiar de forma vantajosa a produção e a comercialização de pequenos e médios produtores nos setores da pecuária e de laticínios. Por último, estão sendo realizados trabalhos de melhoria das instalações do Porto de Pilar, bem como de vias de acesso, para melhor aproveitamento dos recursos fluviais, de forma que a cidade se consolide como núcleo articulador da Hidrovia.

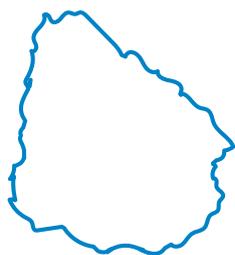
Paraguai

- Transporte e Logística 
- Saúde e Educação 
- Habitação e Desenvolvimento urbano 
- Serviços financeiros 

- Meio ambiente 
- Água e Saneamento 
- Produção 
- Outros 







URUGUAI

Mais da metade dos US\$ 235 milhões da carteira em execução do Uruguai foram destinados para a construção, reabilitação e manutenção da infraestrutura rodoviária do país com vistas a melhorar as condições e os níveis de segurança para o deslocamento de pessoas e bens no país e, ao mesmo tempo, melhorar a conectividade com os países vizinhos.

Além disso, está em execução um projeto para prover água e saneamento básico a mais de sete mil habitantes da cidade de Santa Lucía e na bacia do rio com o mesmo nome no Departamento de Canelones, que inclui rede de esgotos, com conexões domiciliares, e o tratamento dos esgotos, melhorando assim as condições ambientais e reduzindo os riscos para a saúde pública.

Nos planos de trabalho com o Uruguai para 2018 foi incluída a ampliação e a melhoria da malha viária interna do Porto de Montevideú, dentre outras iniciativas para continuar a apoiar o desenvolvimento e o desempenho econômico do país.

Uruguai







The background of the page is a photograph of a park area. In the foreground, there is a paved walkway and a grassy field with several palm trees. In the middle ground, there are more trees and a paved area where a few people are visible. In the background, a city skyline with several high-rise buildings is visible under a clear blue sky. A large, semi-transparent blue shape is overlaid on the right side of the image, containing the text.

3 | Resultados da Gestão no Exercício de 2017

Resumo executivo

Os resultados da gestão no ano de 2017 mostram que o FONPLATA continuou a ampliar seu papel como ator-chave no financiamento do desenvolvimento e da integração da sub-região, alinhando-se esses resultados aos quatro marcos do ano, apresentados a seguir, que confirmam que a instituição está se desenvolvendo de acordo com a meta estabelecida em sua visão de longo prazo.

Primeiro, a aprovação pela Assembleia de Governadores da atualização do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013 – 2022 do FONPLATA para o período 2018 – 2022, a partir do reconhecimento à Administração pela conquista das metas do novo modelo de gestão institucional executado a partir de 2013. Segundo, a continuidade da classificação de risco de crédito de grau de investimento atingida pelo FONPLATA (A- pela Standard & Poor's e A2 pela Moody's), que confirma o perfil de negócios da instituição e as possibilidades de aumentar os financiamentos para além do capital próprio, de forma a alavancar recursos de terceiros em condições e níveis convenientes para os países-membros, sem colocar sob risco a classificação obtida. Terceiro, o aporte de capital a ser pago em dinheiro e o compromisso da totalidade do capital exigível da segunda fase do aumento de capital aprovado em 2016. Por último, a consolidação de parcerias estratégicas com outros Bancos de Desenvolvimento, dentre os quais se destacam o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), para complementar o financiamento da expansão da capacidade de empréstimo da instituição em condições convenientes para os mutuários, tornando sustentável a satisfação das demandas crescentes de operações projetadas e melhorar a contribuição do FONPLATA para o desenvolvimento, mitigando ao mesmo tempo os riscos que hoje afetam a qualidade de vida das gerações futuras.

O número e o volume das operações continuaram a crescer em 2017: 12 operações foram aprovadas, pelo total de

US\$ 327 milhões, e US\$ 171 milhões foram desembolsados, i.e., 35% a mais do que no ano anterior. Este crescimento possibilitou que o fluxo líquido de recursos para os países fosse de US\$ 118 milhões, ultrapassando a soma de US\$ 92 milhões alcançada em 2016. A carteira de empréstimos a receber aumentou 21,7% em comparação com a do ano 2016, mantendo o crescimento médio de 21% acumulativo anual desde 2013. O número de projetos com desembolsos ampliou-se notavelmente, passando de 17 projetos em 2016 para 29 em 2017, consoante com o aumento das aprovações do ano anterior. O montante médio dos empréstimos aprovados (US\$ 27,3 milhões) se manteve no patamar previsto pelo plano estratégico, enquanto o montante médio dos desembolsos por empréstimos em vigor foi de US\$ 4,5 milhões.

A infraestrutura continua a ser o destino econômico predominante da carteira de empréstimos a receber e a desembolsar (carteira contratada), fato totalmente explicado pela atenção à área de transporte e logística, que ainda representa 61% do total, apesar de ser sensivelmente inferior ao patamar atingido em 2016, de 78% do total. A maior diversificação é fruto do crescimento da carteira social nos últimos anos, conectada ao desenvolvimento urbano sustentável de cidades, à saúde e aos projetos ambientais e, em menor medida, da carteira de desenvolvimento produtivo, ligado ao financiamento de cadeias de valor e à promoção da redução das assimetrias dos mercados.

As aprovações para infraestrutura representaram 56% do total do ano de 2017, acentuando a tendência à diversificação setorial. As aprovações com impacto em mais de um país, com ênfase nas regiões fronteiriças, atingiram um terço do total aprovado, aumentando a importância de projetos com impacto na redução de assimetrias e na preservação do desenvolvimento para as gerações futuras em áreas geográficas determinadas.

Outro valor a destacar, ligado à eficiência do ciclo de desembolsos, é o tempo médio para o desembolso dos empréstimos, medido desde sua aprovação até o último desembolso. O tempo médio do desembolso dos oito projetos concluídos em 2017 foi de 5,1 anos, i.e., sensivelmente inferior em comparação com o tempo médio observado nos anos anteriores. Por último, destaca-se a continuidade do aumento na eficiência administrativa do FONPLATA, constatada



pela tendência nos últimos anos de redução na proporção de despesas não financeiras na carteira média de empréstimos.

O crescimento da carteira de empréstimos a receber traduziu-se em um aumento de 32,3% das receitas financeiras obtidas em comparação com 2016. A carteira de empréstimos a receber não sofreu deteriorações e os serviços de empréstimos estão sendo realizados de forma regular, confirmando assim o reconhecimento da condição de credor preferencial do FONPLATA pelos países mutuários.

Os níveis atingidos em 2017 quanto aos limites de risco estabelecidos nas políticas financeiras continuam a mostrar o cumprimento da abordagem prudente na gestão de ativos e passivos financeiros, na preservação do patrimônio no tempo e seu aumento, bem como na capitalização e na exposição da carteira de empréstimos por país.

Quanto à gestão dos ativos e passivos, o retorno dos ativos financeiros (3,43%) mais do que compensaram as despesas ligadas aos passivos financeiros (0,12%). A liquidez em 31 de dezembro de 2017 foi

superior à requerida para arcar com todas as obrigações exigíveis para a instituição nos próximos 12 meses. Portanto, não constitui fator de tensão para concretizar os planos de negócios no curto prazo, por eles estarem cobertos pelos aportes de capital em dinheiro comprometidos pelos países-membros e pelo programa de endividamento autorizado. O nível das taxas de juros em 2017 possibilitou gerar receitas líquidas operacionais que cobriram a totalidade dos custos financeiros e não financeiros. Isto possibilitou obter uma receita líquida de acordo com as metas programadas de forma a preservar e aumentar o valor do patrimônio líquido.

A força do capital do FONPLATA continua evidenciando o compromisso dos países-membros para alavancar o desenvolvimento e a integração regional por meio do aumento do capital de empréstimo do FONPLATA.

A capacidade efetiva de empréstimo não foi um fator restritivo para o crescimento das operações em 2017 e os índices de solvência ou capitalização são amplamente satisfatórios. O índice que relaciona o patrimônio líquido ajustado, incluindo a



provisão para perdas em empréstimos com relação aos ativos de produção, continua perto de 100%. Em 31 de dezembro de 2017, a exposição da carteira ajustada ao risco de mercado e operacional ou índice de suficiência de capital atingiu 134%, i.e., muito além do limite mínimo de capital exigido, equivalente a 35% do patrimônio líquido, sendo consistente com a gestão integral dos riscos.

A gestão da carteira de investimentos reflete o cumprimento do total dos parâmetros de riscos prudenciais estabelecidos na política de investimento da liquidez. Em 31 de dezembro de 2017, a média da classificação da carteira de investimentos foi AA-. O rendimento médio da carteira financeira líquida em 2017 foi de 1,20%, ultrapassando o rendimento médio obtido em 2016, de 0,71%.

As condições financeiras das operações continuam a ser estáveis, convenientes e competitivas para os países-membros considerados individualmente, quando medidas em comparação com o custo do financiamento soberano no mesmo prazo no mercado de capitais. Os fluxos de desembolsos líquidos (desembolsos menos reembolsos do principal) e a transferência líquida de recursos para os países continuam a ser positivos e crescentes em termos

gerais. Os fluxos líquidos de capital do Brasil apresentam saldos desfavoráveis em decorrência do baixo nível de aprovações dos últimos anos. Porém, espera-se que essa tendência mude devido ao dinamismo adquirido pelo programa de negócios avançado com o país desde 2017.

O novo desafio a partir dos resultados atingidos na gestão 2017 e da crescente demanda de operações de crédito prevista no Plano Trienal de Negócios 2018-2020 programado com os países é a geração de novos esquemas financeiros que possibilitem o aumento permanente da capacidade de empréstimo e, portanto, da alavancagem, sem aumentar a exposição ao risco de crédito, de acordo com a atualização do PEI aprovada pela Assembleia de Governadores em 2017. Este desafio envolve avançar em soluções consistentes com a manutenção da nota de classificação de risco atual da instituição e com a capacidade sustentável do FONPLATA de aumentar o valor para os países, garantindo assim o crescimento contínuo da carteira para possibilitar a existência de fluxos líquidos positivos de capital e fortalecer o valor patrimonial da instituição.



Desempenho da gestão

3.1 Fontes dos recursos de financiamento

QUADRO 1	ESTRUTURA DO CAPITAL (Em milhões de dólares)			
	ITEM	Em 31 de dezembro de:		
		2015	2016	2017
Capital autorizado	1.639,2	3.014,2	3.014,2	
A ser pago em dinheiro	799,2	1.349,2	1.349,2	
Exigível	840,0	1.665,0	1.665,0	
Capital subscrito	1.639,2	1.944,8	3.014,2	
A ser pago em dinheiro	799,2	941,4	1.349,2	
Exigível	840,0	1.023,3	1.665,0	
Capital total	1.169,2	1.524,4	2.299,8	
Integralizado em dinheiro	542,5	643,3	705,9	
Exigível comprometido	626,7	881,1	1.593,9	

3.1.1 Estrutura do Capital -QUADRO 1-

Em 2017, os países-membros assinaram a 2ª fase do aumento de capital aprovado pela Assembleia de Governadores em janeiro de 2016, no montante de US\$ 1,375 bilhão, aumentando o capital autorizado total para US\$ 3,014 bilhões, compostos por US\$ 1,349 bilhão de capital a ser pago em dinheiro (45%) e US\$ 1,665 bilhão de capital exigível (55%). Conforme previsto, em 2017 comprometeu-se a totalidade do capital exigível em US\$ 825 milhões, bem como o cronograma de aportes de capital a ser pago em dinheiro.

O capital integralizado em dinheiro em 31 de dezembro de 2017 atingiu US\$ 705,9 milhões, ultrapassando em 9,7% o patamar atingido um ano atrás, restando um saldo de US\$ 643,3 milhões a integralizar. O capital subscrito exigível já comprometido atingiu US\$ 1,594 bilhão. O resultado da soma do capital integralizado em dinheiro mais o capital exigível já comprometido é o total do capital de empréstimo, de quase US\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2017, ultrapassando em 51% o patamar atingido em 2016.

QUADRO 2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhões de dólares)			
	CONCEITO	Em 31 de dezembro de:		
		2015	2016	2017
Capital integralizado	542,5	643,3	705,9	
Reserva de capital	65,7	75,0	89,8	
Lucros acumulados	9,3	14,8	20,1	
Patrimônio líquido	617,5	733,0	815,8	

3.1.2 Composição do patrimônio líquido

-QUADRO 2-

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Líquido é de US\$ 815,8 milhões, composto por US\$ 705,9 milhões de capital integralizado em dinheiro, US\$ 89,8 milhões de reserva de capital constituída pela Assembleia de Governadores, e US\$ 20,1 milhões de lucros acumulados não alocados até essa data.

3.2 Receitas e Rentabilidade

-QUADRO 3/GRÁFICO 1-

A receita por ativos de produção em 2017 foi de US\$ 27,5 milhões, explicada fundamentalmente pelos juros e comissões dos empréstimos (US\$ 25,1 milhões) que ultrapassaram em US\$ 6,2 milhões o patamar atingido em 2016 (US\$ 18,9 milhões).

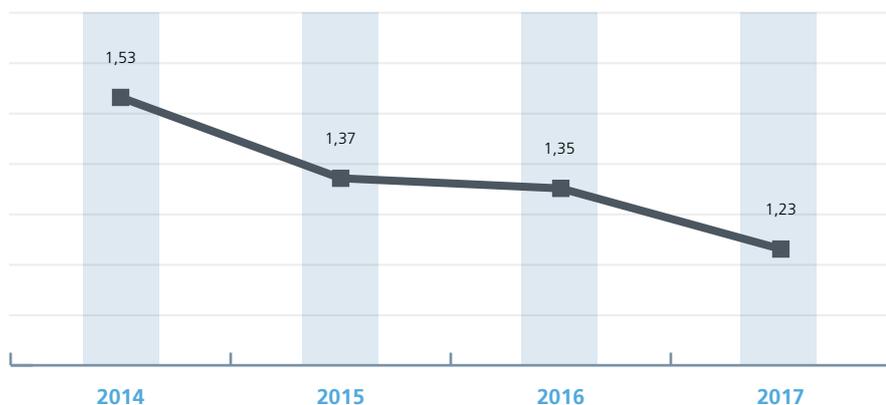
comparação com o total constituído em 2016. Durante o exercício, bem como ao longo da história do FONPLATA, não houve reversão da estimativa criada para perdas com empréstimos.

O aumento da receita líquida é consistente com os objetivos de preservação e aumento do valor do patrimônio líquido por meio dos aportes de capital em dinheiro e da geração de lucro líquido e lucro realizado.

O rendimento líquido, explicado pela diferença entre o retorno dos ativos financeiros médios e o valor médio do passivo financeiro, foi de 3,34% em 2017, 14% acima do patamar de 2,94% atingido em 2016. O retorno dos ativos financeiros líquidos de passivos financeiros permitiu cobrir a totalidade das despesas não financeiras do exercício, e criar patrimônio gerando excedente que aumenta a reserva de capital acima da preservação do valor do patrimônio.

A rentabilidade em 2017, medida pelo retorno sobre ativos e pelo retorno sobre o patrimônio líquido, foi de 2,59% e 2,60%, respectivamente, mostrando que esses indicadores aumentaram em comparação com os patamares atingidos desde 2014.

GRÁFICO 1 COEFICIENTE DE COBERTURA DOS EMPRÉSTIMOS



A receita bruta em 2017 foi superior às despesas financeiras e não financeiras, gerando uma receita líquida de US\$ 20,1 milhões. No que diz respeito às despesas não financeiras, em 2017 o montante total de US\$ 6,8 milhões representa um aumento equivalente a 21% em comparação com US\$ 5,9 milhões em 2016. Este aumento está em linha com o orçamento anual. Em cumprimento à metodologia para o cálculo da reserva para perdas com empréstimos, o saldo da reserva foi levemente inferior, representando uma redução de 4,7% em

QUADRO 3 RETORNO SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (Em milhões de dólares e %)

ITEM	2014		2015		2016		2017	
	Saldo médio	Retorno (%)						
Empréstimos a cobrar	339.227	3,37 %	410.121	3,36 %	497.904	3,80 %	602.861	4,16 %
Investimentos	205.570	0,53 %	189.959	0,68 %	192.872	0,71 %	196.997	1,20 %
Gastos financeiros					570	3,33 %	21.000	3,41 %
Ativos financeiros líquidos	544.797	2,30 %	600.080	2,51 %	682.776	2,97 %	777.256	3,44 %
Gastos não financeiros	4.789		5.381		5.593		6.799	
Retorno sobre ativos financeiros líquidos		1,43 %		1,63 %		2,15 %		2,56 %
Retorno sobre patrimônio		1,54 %		1,69 %		2,20 %		2,66 %

3.2.1 Utilização de capital e capacidade de empréstimo - QUADRO 4-

O capital total atingiu em torno de US\$ 2,3 bilhões, permitindo cobrir confortavelmente os saldos em 31 de dezembro dos montantes dos empréstimos a receber, a desembolsar e dos contratos de empréstimo pendentes de assinatura nessa data. O nível de uso da capacidade de empréstimo da instituição posicionou-se em 69,2%, de acordo com os planos de expansão de nossas operações nos países.

A exposição da carteira de empréstimos a receber não teve variantes em comparação

com 2016, com um hedge de 100,3% do patrimônio líquido com relação aos ativos financeiros produtivos. Em 2017, a suficiência de capital ajustado pelo risco atingiu 134%, mantendo ampla margem de cobertura de capital em comparação com o limite mínimo de 35% estabelecido nas políticas financeiras. A suficiência de capital ajustada conforme o risco calcula-se como o quociente entre o patrimônio líquido ajustado e os ativos de produção ajustados pelo risco de crédito e operacional segundo a metodologia do Acordo de Basileia II.

O Gráfico 1 mostra que, no encerramento de 2017, o patrimônio líquido continua a ultrapassar o total dos empréstimos a receber em 23%, evidenciando o espaço de alavancagem da instituição.

Todos os indicadores apresentados confirmam a solidez patrimonial e financeira do FONPLATA.

ITEM	Em 31 de dezembro de:		
	2015	2016	2017
Capital suscrito	1.639,2	1.944,8	3.014,2
Capital a integralizar em dinheiro	-256,7	-278,1	-643,3
Capital exigível a ser comprometido	-213,3	-142,2	-71,1
Capacidade efetiva de empréstimo	1.169,2	1.524,4	2.299,8
Carteira de empréstimos a desembolsar	410,3	541,2	581,9
Carteira de empréstimos a receber	452,1	543,8	662,0
Contratos de empréstimo pendentes de assinatura	205,5	260,4	347,7
Capacidade de empréstimo utilizada	1.067,8	1.345,4	1.591,5
Capacidade efetiva de empréstimo restante	101,4	179,0	708,2
Porcentagem de capacidade de empréstimo utilizada	91,3 %	88,3 %	69,2 %
Exposição do patrimônio (em %) ¹	101,5 %	101,3 %	100,3 %
Exposição da carteira ajustada pelo risco (em %) ²	124,0 %	142,0 %	134,0 %
Límite mínimo de suficiência de capital (em %) ³	35 %	35 %	35 %

1 (Patrimônio líquido + Provisão p/ perdas em empréstimos – Imobilizado)/Ativos de produção

2 (Patrimônio líquido + Provisão p/ perdas em empréstimos – Imobilizado)/Ativos de produção ajustado pelo risco

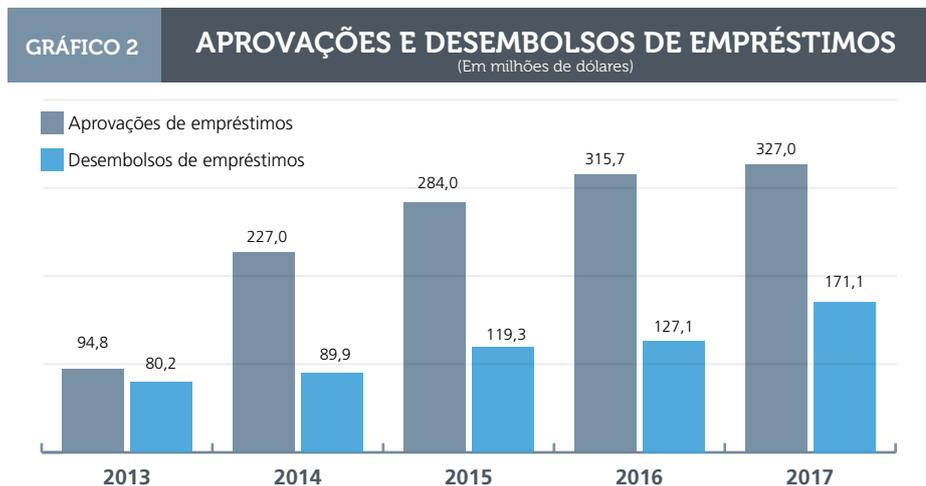
3 Capital mínimo exigido para a cobertura de exposição da carteira de empréstimos a receber

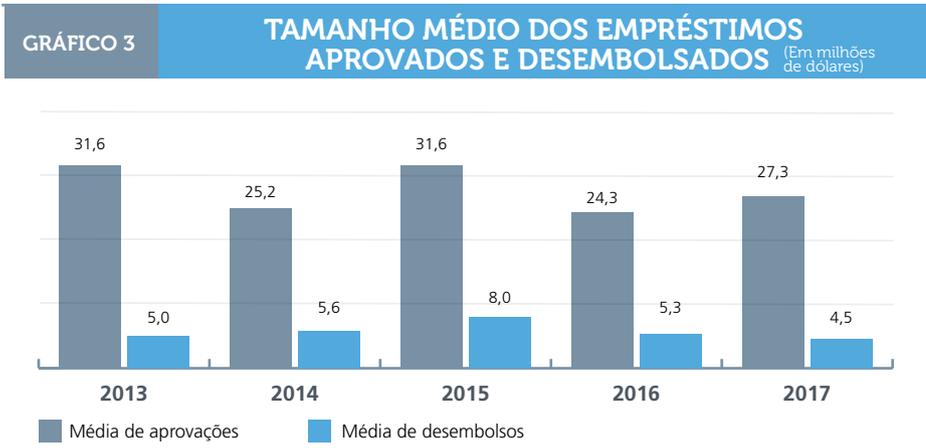
3.2.2 Evolução dos empréstimos - GRÁFICOS 2 A 4-

O montante dos empréstimos aprovados em 2017 foi de US\$ 327 milhões, representando um aumento de 4% comparado com 2016, de acordo com o mandato recebido da Assembleia de Governadores, de manter uma capacidade de empréstimo para atingir a meta de aprovações de US\$ 320 - US\$ 340 milhões no ano de 2017. Os desembolsos dos empréstimos atingiram US\$ 171,1 milhões, ultrapassando em 35% os níveis atingidos no ano anterior.

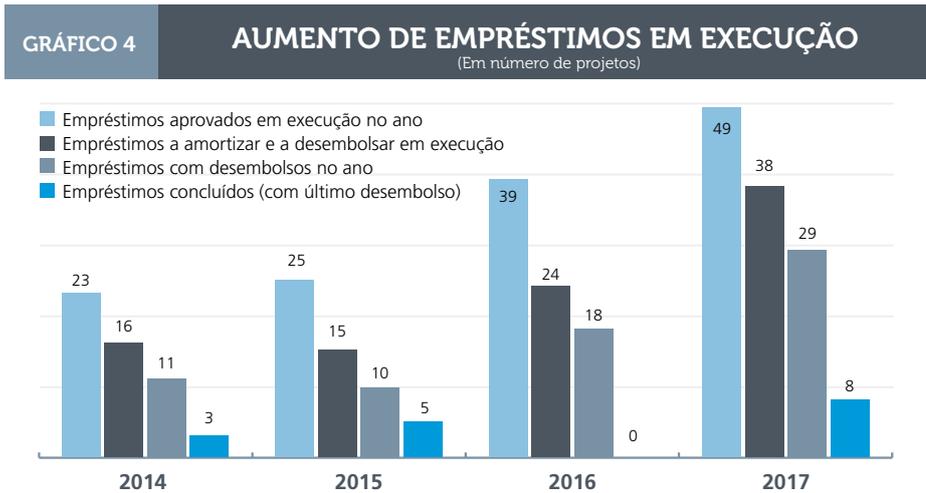
A evolução assinalada concorda com a dimensão estratégica estabelecida para apoiar as agendas de desenvolvimento dos países-membros e está alinhada com o crescimento da estrutura do capital.

O porte médio individual dos empréstimos aprovados no ano é de US\$ 27,3 milhões. Este montante manteve-se alinhado com o que estabelece a missão do FONPLATA de focar em projetos médios e pequenos, coerentes com a dimensão financeira da instituição e com o objetivo de complementaridade estratégica. O desembolso médio anual por empréstimo em execução foi de US\$ 5,5 milhões por projeto, algo menor ao do ano anterior. Isto é explicado pelo aumento significativo de empréstimos elegíveis para desembolsar em 2017, que passou de 17 projetos em 2016 para 29 projetos em 2017.





Em 2017 ocorre o crescimento mais importante do inventário de empréstimos aprovados e em execução da carteira do FONPLATA em diversos estágios de implementação. O número total de projetos aprovados na carteira aumentou de 39 em 2016 para 49 em 2017; e entre eles, o número de projetos assinados ou ratificados parlamentarmente passou de 24 em 2016 para 38 em 2017. Destaca-se o aumento significativo do número de projetos com desembolsos, que passou de 17 projetos em 2016 para 29 neste ano de 2017.



QUADRO 5 CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR PAÍS (%)		
PAÍS	2016*	2017*
ARGENTINA	25 %	27 %
BOLÍVIA	23 %	22 %
BRASIL	19 %	15 %
PARAGUAI	17 %	20 %
URUGUAI	16 %	16 %
TOTAL	100 %	100 %

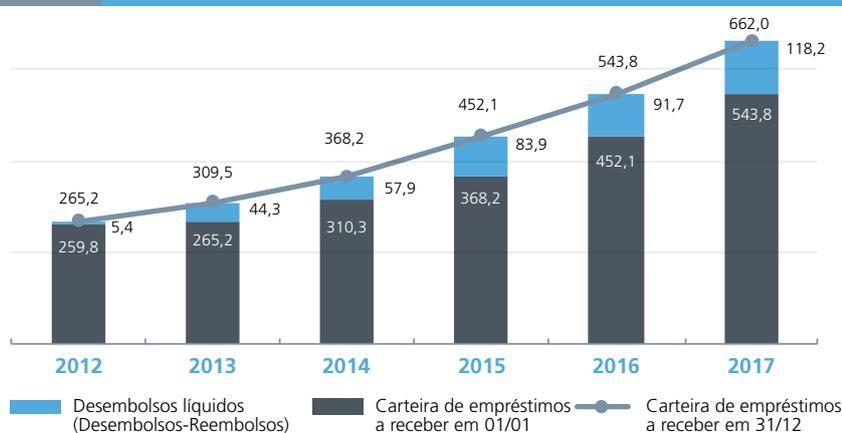
* Estimado

3.2.3 Carteira de empréstimos por país

-QUADRO 5-

Entre seus objetivos, o FONPLATA visa que, na expansão das operações, a distribuição dos recursos de financiamento dos países-membros no médio prazo seja equilibrada. Para isto, usa um indicador baseado na média móvel da carteira de recebíveis e a desembolsar nos dois últimos anos, e dos três anos projetados pelo Plano Trienal dos Negócios do FONPLATA, que guia os exercícios de programação com os países.

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS (Em milhões de dólares)



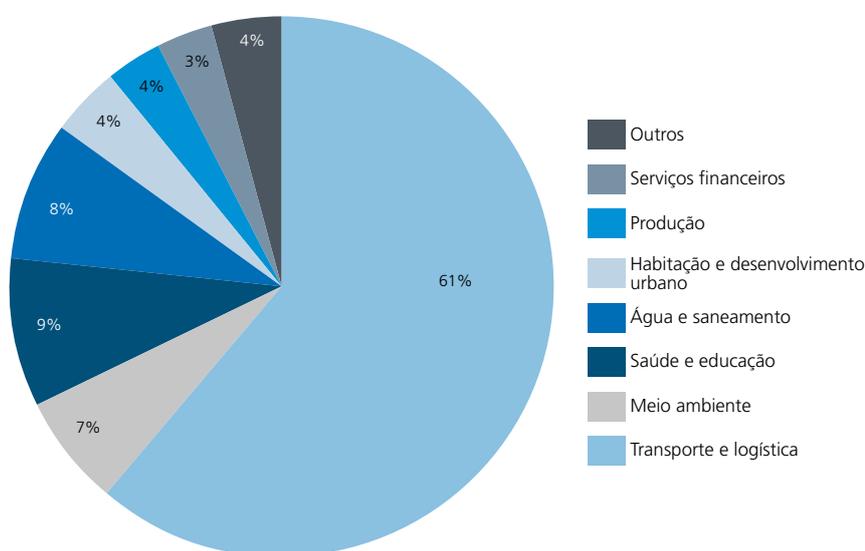
3.2.4 Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados

-GRÁFICOS 5, 6 E QUADRO 6-

No encerramento do ano de 2017, a carteira de empréstimos aprovados e em execução totaliza US\$ 1,592 bilhão, representando um aumento líquido equivalente a 18% (US\$ 1,345 bilhão em 2016).

A carteira de empréstimos a receber aumentou US\$ 118,2 milhões em 2017, resultado dos desembolsos de US\$ 171,1 milhões, menos US\$ 52,9 milhões pela cobrança do principal. O saldo no fechamento do exercício foi de US\$ 662 milhões, representando um aumento líquido de 21,7%.

GRÁFICO 6 DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SUBSETOR - ANO 2017 (Em percentagens)



Por sua vez, em 2017 o saldo de empréstimos a desembolsar em 2017 atingiu US\$ 581,9 milhões (US\$ 541,2 milhões em 2016) e o saldo de empréstimos aprovados – pendente de assinatura ou ratificação parlamentar – atingiu US\$ 352 milhões (US\$260,4 milhões em 2016), representando, em conjunto, um aumento líquido de 16% na carteira a desembolsar. Este aumento é um indicador do crescimento subjacente de médio prazo da carteira de empréstimos a receber.

A infraestrutura continua a ser o destino econômico predominante da carteira de empréstimos, fato totalmente explicado pela área de transporte e logística que ainda representa 61% do total, apesar de ser sensivelmente inferior ao patamar atingido em 2016, de 78% do total, e em 2015, de 73,7% do total.

QUADRO 6	DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR (em percentagem)		
	SETOR	2015	2016
Infraestrutura	73,7 %	52,0 %	61,4 %
Desenvolvimento socioambiental	23,6 %	26,0 %	27,8 %
Desenvolvimento econômico e produtivo	2,7 %	22,0 %	10,8 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %

A maior diversificação é produto do crescimento da carteira social nos últimos anos, ligado ao desenvolvimento urbano sustentável de cidades e à saúde, da carteira ambiental e, em menor medida, da carteira de desenvolvimento produtivo, ligado ao financiamento de cadeias de valor e à promoção da redução das assimetrias no acesso aos mercados.

Isto mostra a continuidade quanto à mudança na tendência e à concretização dos esforços realizados em diálogo com os países para ampliar a diversificação dos destinos setoriais do financiamento para setores diferentes da infraestrutura física. A maior diversificação das aprovações reduziu a importância das operações com impacto em mais de um país que colocam a ênfase no

desenvolvimento de regiões fronteiriças. Estas operações representaram um terço do total de aprovações. Ao mesmo tempo, aumentou a importância dos projetos com impacto na redução de assimetrias e na preservação do desenvolvimento das gerações futuras em áreas geográficas determinadas.

A rotação média da carteira de empréstimos é um indicador do tempo necessário para a carteira de empréstimos a receber se converter em dinheiro, ou o tempo necessário para o FONPLATA cobrar a carteira dos mutuários. No encerramento de 2017, essa rotação média é de 12 anos, portanto, inferior à existente no encerramento de 2016, de 12,7 anos. Essas cifras mostram a rotação de uma carteira de recebíveis jovem, composta, principalmente, de projetos aprovados desde 2011, e cujo prazo médio de vencimento é de 15 anos, incluindo o período de carência.

3.3 Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos

3.3.1 Cumprimento das metas estratégicas da Visão

Em reconhecimento à transformação do FONPLATA em Banco de Desenvolvimento para promover a integração e o desenvolvimento regional, a Assembleia de Governadores aprovou a atualização do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013 – 2022 do FONPLATA para o período 2018 – 2022.

O PEI atualizado guiará as ações institucionais para consolidar o FONPLATA em seu processo de transformação em ator-chave para o financiamento do desenvolvimento e da integração regional. Para esses efeitos, o FONPLATA prevê encaminhar suas ações com base em três objetivos estratégicos: (i) assegurar essa maior relevância por meio do crescimento contínuo da capacidade

de empréstimo com condições financeiras convenientes, aumentando o valor para os países, e sustentando e fortalecendo a classificação de risco de crédito e a complementaridade estratégica; (ii) aumentar o diálogo com os países-membros para antecipar suas necessidades e as modalidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento com firme compromisso com a preservação das gerações futuras; e (iii) ajustar a estrutura organizacional ao crescimento das operações, mantendo a agilidade e o baixo custo transacional, e promovendo a excelência do capital humano e a qualidade dos processos de trabalho da instituição.

3.3.2 Consistência com a Missão

-QUADROS 7 E 8-

O FONPLATA, seguindo as diretrizes de seu Plano Estratégico Institucional, promove o investimento em projetos de integração e de desenvolvimento transfronteiriço regional. Desde 2013 e até hoje, a ênfase visa promover o desenvolvimento por meio do financiamento de projetos de infraestrutura física, e de desenvolvimento socioambiental, econômico e produtivo em regiões fronteiriças menos favorecidas nos países da Bacia do Prata. Procura-se ainda que esse foco esteja voltado para projetos cujos impactos reduzam os custos ou aumentem os benefícios produzidos entre dois ou mais países, insistindo no cuidado das assimetrias decorrentes de falhas de coordenação, de inclusão ou de mercado associadas à integração.

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 63% beneficia a mais de um país-membro (77% em valor), e 63% beneficia áreas geográficas de regiões fronteiriças da Bacia do Prata (79% em valor).

Este foco de ação geográfica, junto com os financiamentos de pequena a média escala, define o nicho estratégico no qual estão focadas as operações do FONPLATA. O crescimento progressivo dos projetos socioambientais e de desenvolvimento produtivo aumenta o impacto na inclusão e na redução das assimetrias de mercado em áreas específicas.

Com esse foco, o FONPLATA procura complementar o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, maximizando o impacto de suas intervenções.

Em valores, a participação de projetos financiados pelo FONPLATA em destinos nos quais participam outros organismos multilaterais de desenvolvimento foi de 21% das aprovações realizadas no período 2013-2017. Nesse período, quase a totalidade das operações das quais participou o FONPLATA foram prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos governos dos países-membros; e 57% dos recursos aprovados nesse período corresponderam a iniciativas que possibilitaram antecipar uma decisão de investimento dos mutuários, antecipando, assim, os benefícios atingidos por meio dessas operações.

QUADRO 7		
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS		
INDICADOR		2013 -2017 ²
Impacto esperado em mais de um país (%) ³	Nº de empréstimos aprovados	63,0 %
	Em milhares de dólares	76,5 %
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%) ⁴	Nº de empréstimos aprovados	63,0 %
	Em milhares de dólares	78,7 %

¹ Com base nas informações do desenho das operações

² Média ponderada

³ Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país-membro/ Total de empréstimos aprovados

⁴ Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças/ Total de empréstimos aprovados

QUADRO 8		
COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA		
INDICADOR		2013 -2017 ¹
Participação conjunta com outros OMD	Nº empréstimos aprovados	15 %
	Em milhares de dólares	21 %
Complementaridade com planos nacionais de investimento	Nº empréstimos aprovados	96 %
	Em milhares de dólares	99 %
Ajuda para adiantar a decisão de investimento dos países	Nº empréstimos aprovados	65 %
	Em milhares de dólares	57 %
Total de empréstimos aprovados	Nº empréstimos aprovados	46
	Em milhares de dólares	USD 1.248,40

¹ Média ponderada

3.4 Eficiência operacional

- GRÁFICOS 7 E 8 -

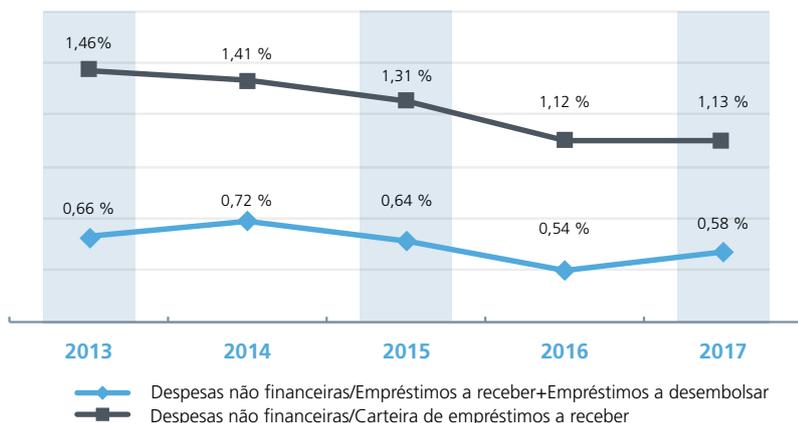
No ano de 2017, o FONPLATA atingiu resultados relevantes no que diz respeito à eficiência e à agilidade operacional e, portanto, nos custos das transações para os mutuários, que foram menores.

da carteira de empréstimos continua a ser baixo (em média, 29% no triênio 2015-2017). Com isto, o FONPLATA fica em posição confortável que lhe possibilita custear contingências e contar com uma gestão financeira que usará mais recursos alavancados nos mercados de capital.

Com relação à agilidade operacional, o tempo médio necessário para o processamento de operações, medido entre a data do perfil do projeto e a data do primeiro desembolso, continua a diminuir. Isso é explicado pela redução no tempo médio esperado entre a aprovação e o primeiro desembolso para os projetos aprovados em 2017, que foi de 9,5 meses.

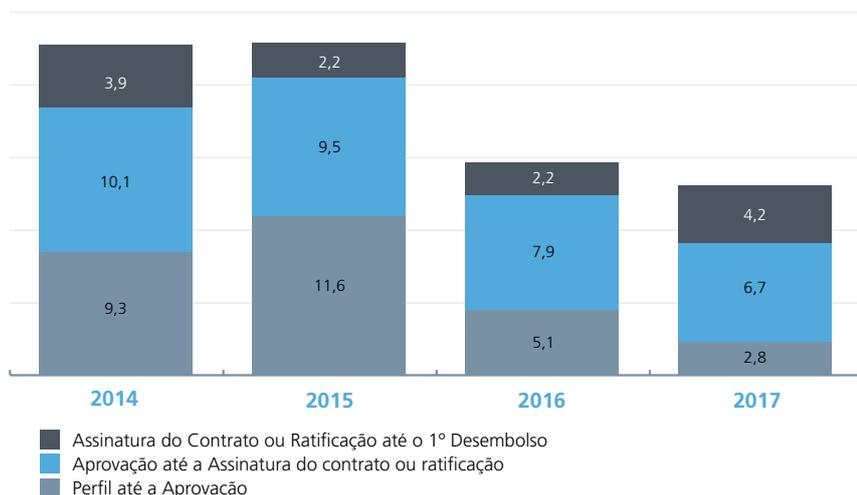
Outro valor a destacar, ligado à eficiência do ciclo de desembolsos, é o tempo médio necessário para desembolsar os empréstimos, medido desde a aprovação do projeto até o último desembolso. Dos oito projetos concluídos em 2017, executados quase totalmente durante esta Administração, o tempo médio foi de 5,1 anos, mostrando uma melhoria substancial em comparação com o tempo médio observado nos anos anteriores.

GRÁFICO 7 EFICIÊNCIA OPERACIONAL



Quanto à eficiência administrativa, medida pelo coeficiente que relaciona as despesas não financeiras com a carteira média de empréstimos, desde 2013 e até 2017, a tendência é de redução contínua das despesas por operação. Além disso, depois de produzida a expansão geral dos negócios, o indicador do ponto de equilíbrio financeiro que relaciona os custos de funcionamento financeiros e não financeiros com as receitas correntes

GRÁFICO 8 AGILIDADE OPERACIONAL (Em meses)



3.5 Solidez do perfil financeiro e patrimonial

Os resultados de 2017, que mostram a solidez do perfil financeiro e patrimonial do FONPLATA, são explicados na seção “Desempenho da Gestão 2017.” Além disso, da mesma forma que em exercícios anteriores, as demonstrações financeiras do FONPLATA contam com parecer limpo e sem qualificações dos auditores independentes (PricewaterhouseCoopers), que proferiram seu parecer profissional sobre essas demonstrações em 22 de fevereiro de 2018.

Vale destacar que, no novo modelo de gestão estabelecido a partir de 2013, o FONPLATA instituiu uma estrutura para a gestão de riscos com vistas a identificar, medir e administrar de forma integral e proativa os riscos que atingem suas operações, bem como para avaliar periodicamente a adequação do funcionamento do processo de gestão de riscos.

3.6 Financiamento e liquidez

Esta seção apresenta informações sobre a administração do endividamento de longo prazo e a gestão do risco de liquidez.

estando o custo médio do endividamento alinhado com a classificação de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

3.6.1 Endividamento e Alavancagem

Em 2017, com a nova estrutura de capital suscrito e comprometido na segunda fase do aumento de capital aprovado em 2016, definiu-se uma nova estratégia de endividamento que concluiu com uma autorização estruturadora do endividamento do FONPLATA de US\$ 500 milhões até 2020, incluindo o que já fora contratado, que foi aprovada pela Diretoria Executiva de forma a cuidar das exigências da capacidade de empréstimo e atingir aprovações anuais no patamar de US\$ 320-340 milhões em 2017-2018, até chegar ao patamar de US\$ 400 milhões em 2020.

Em dezembro de 2017 assinou um acordo de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento de US\$ 100 milhões, que estima-se começar a ser desembolsado no primeiro trimestre do próximo exercício. Também estão sendo negociados financiamentos com o Banco Europeu de Investimento e com a Agência Francesa de Desenvolvimento. Além disso, o FONPLATA definiu com os Bancos Centrais de seus países-membros a possibilidade de aceitar fundos em dólares americanos a prazo médio. A esse respeito, o FONPLATA emitiu uma nota promissória ao Banco Central da Bolívia no valor de US\$ 10 milhões.

Para isso, a Administração desenhou um programa de endividamento de médio prazo baseado na projeção das demonstrações financeiras, que supõe a expansão esperada pelo Plano de Negócios de forma a diversificar as fontes de financiamento do FONPLATA,

3.6.2 Liquidez -QUADRO 9-

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira total de investimentos era de US\$ 148,9 milhões e o nível de liquidez total era de US\$ 176 milhões, i.e., 9% superior ao nível de liquidez mínima exigido pelas políticas financeiras de US\$ 162 milhões. O nível dos ativos líquidos com relação ao total de ativos foi de 21,5%, inferior ao nível atingido em 2016, de 28%.

A gestão da carteira de investimentos reflete o cumprimento dos parâmetros de riscos prudenciais estabelecidos pela política de investimento da liquidez. Em 31 de dezembro de 2017, a média da nota da carteira de investimentos foi AA-, conforme autorizado.

QUADRO 9		GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
		EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	
LIMITES	POLÍTICA	SITUAÇÃO	
Limites por Classe de Ativos			
Limite em títulos soberanos	100 %	59 %	
Limites em CDs e/ou DPFs	100 %	18 %	
Limites em OMDs e Bancos Nac. de Desenvolvimento	50 %	29 %	
Limite em Money Market Funds	30 %	0 %	
Limite no Setor Financeiro Privado	15 %	12 %	
Limites por Emissor			
Limites por emissores AAA (país, OMD, bancos de desenvolvimento)	100 %	40 %	
Limites por país emissor, incl. Estados, governos locais, agências públicas	10 %	7,8 %	
Limites por OMDs e Bancos Nac. de Desenvolvimento	10 %	6,5 %	
Limite por entidade financeira privada	5 %	2,6 %	
Limites por Classificação			
Média de Classificação da Carteira	Mínimo AA-	AA-	
Classificação mínima de investimento	BBB-	BBB-	
Máximo de investimentos com BBB	20 %	17,6 %	
Limites por Prazo			
Nível de liquidez mínima	\$ 162 milhões	\$ 176 milhões	
Investimentos com vencimento máximo	5 anos	23/11/2018	
Duração mod. máx.	2 anos	0,32 anos	

3.7 Eficácia institucional

O rendimento médio ponderado da carteira líquida em 2017 foi de 1,20%, ultrapassando o obtido em 2016, de 0,71%.

A eficácia institucional é analisada em função das perspectivas estratégicas estabelecidas no PEI, que fazem parte dos compromissos de gestão informados anualmente à Diretoria Executiva.

Os resultados mais significativos a destacar em 2017 estão ligados, primeiro, à contribuição para o crescimento equitativo da sub-região, que complementa o que foi assinalado na seção que analisa a consistência do trabalho do Fundo com a Missão e com a Visão institucional.

3.8 Contribuição para o crescimento equitativo da sub-região

-QUADRO 10 E GRÁFICO 9-

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO					
QUADRO 10	INDICADOR	2014	2015	2016	2017
	Varição anual da carteira de empréstimos	18,7 %	22,8 %	20,3 %	21,7 %
	Coefficiente de mobilização direta de recursos ¹	1,5	1,6	1,6	1,8
	Fluxo líquido de capital para os países ²	USD57,9	USD83,9	USD91,7	USD118,2
	Transferências líquidas para os países ³	USD46,5	USD70,1	USD72,8	USD93,2
	Financiamento para países de menor desenvolvimento relativo/ Total de aprovações	57,5 %	75,4 %	54,9 %	28,4 %
	Financiamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo ⁴	32,2 %	40,6 %	29,3 %	29,0 %

¹ Recursos totais mobilizados sobre recursos fornecidos pelo FONPLATA² Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal³ Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal e cobranças de juros e comissões⁴ Número de empréstimos beneficiados com o FOCOMI / Número total de empréstimos aprovados

O impacto do FONPLATA na contribuição para o crescimento da região é observado com base em uma série de indicadores. A expansão do financiamento é confirmada com o crescimento da carteira de empréstimos para a região, em média de 21% nos últimos anos. O coeficiente de alavancagem dos recursos mobilizados, que é de US\$ 1,8 por dólar aprovado pelo FONPLATA em 2017, é superior ao de US\$ 1,6 correspondente a 2016.

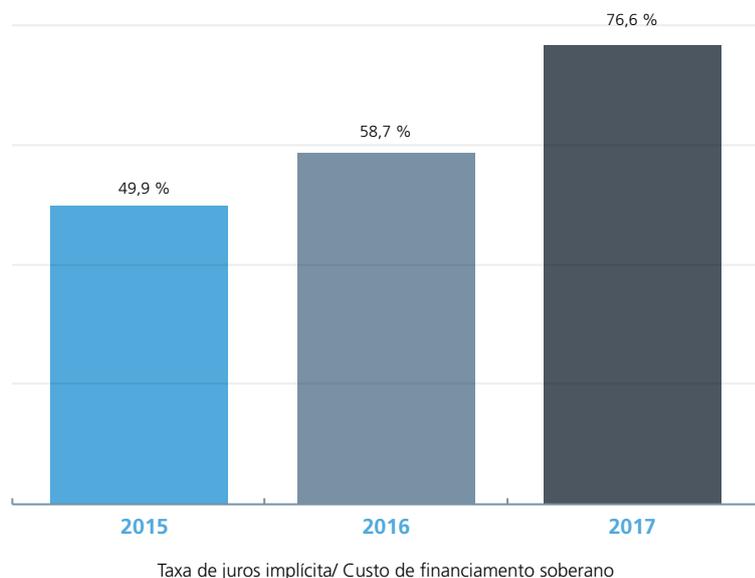
Os fluxos de fundos líquidos de capital e das transferências líquidas de recursos aos países agregados têm sido positivos e crescentes nos últimos anos.

Para os efeitos de estimar a competitividade dos custos financeiros do FONPLATA, foram comparados os níveis da média de taxa de juros implícita da carteira de empréstimos de cada país com o custo de financiamento soberano médio dos países no mercado de capitais para prazos similares aos usados pelo FONPLATA.

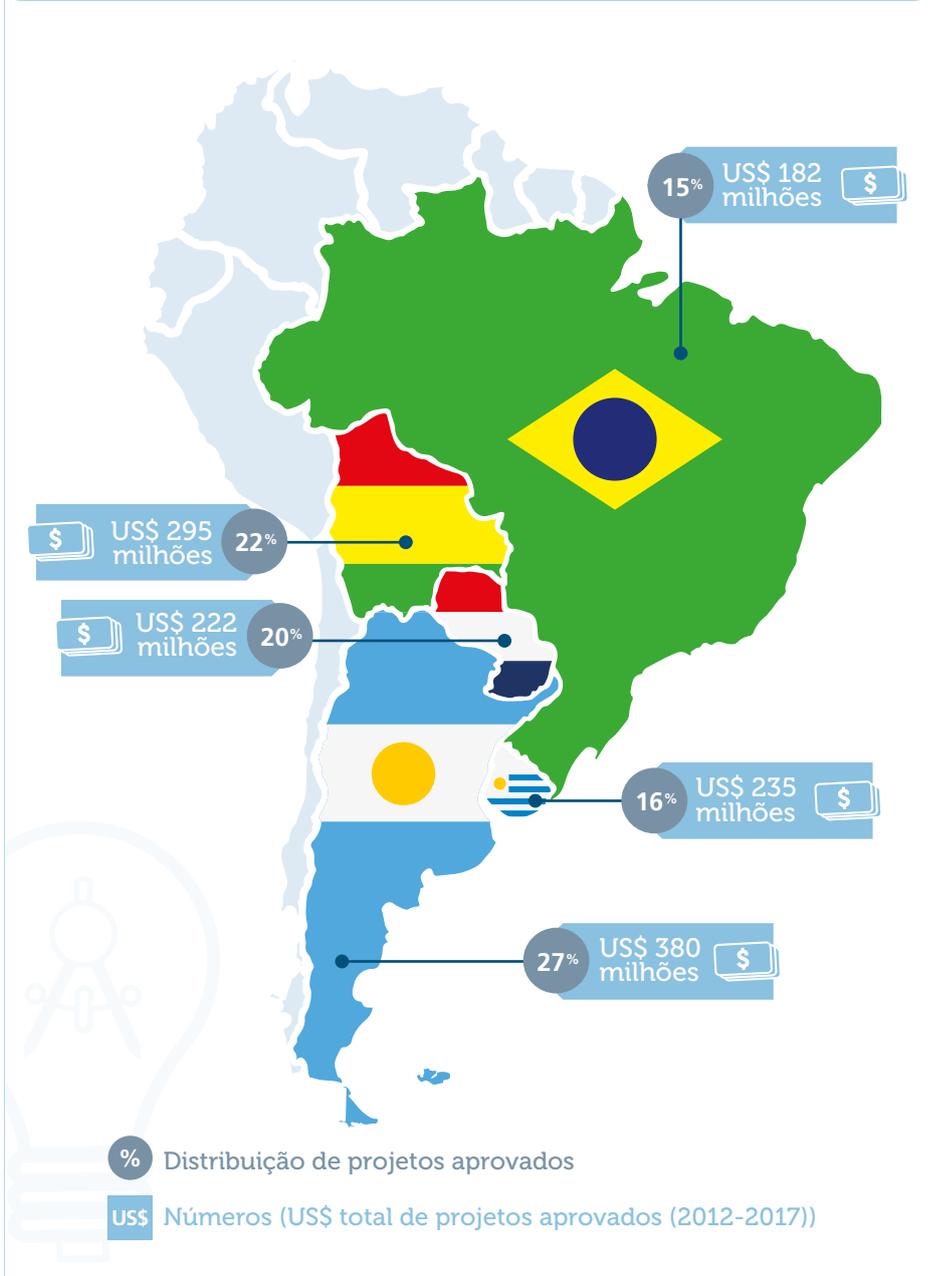
Os resultados mostram que os custos financeiros médios da carteira de empréstimos continuam sendo convenientes para todos e cada um dos países nos últimos três anos, porém, essa vantagem está diminuindo até atingir uma média de 33% em 2017. Nenhum país considerado individualmente tem custos de endividamento no mercado de capital inferiores à taxa de juros implícita que paga ao FONPLATA por seus financiamentos. A redução dos custos soberanos de emissão de títulos nos mercados de capital nos últimos dois anos pelos países-membros é um dos principais fatores que explicam a tendência assinalada.

GRÁFICO 9 COMPETITIVIDADE DOS CUSTOS FINANCEIROS

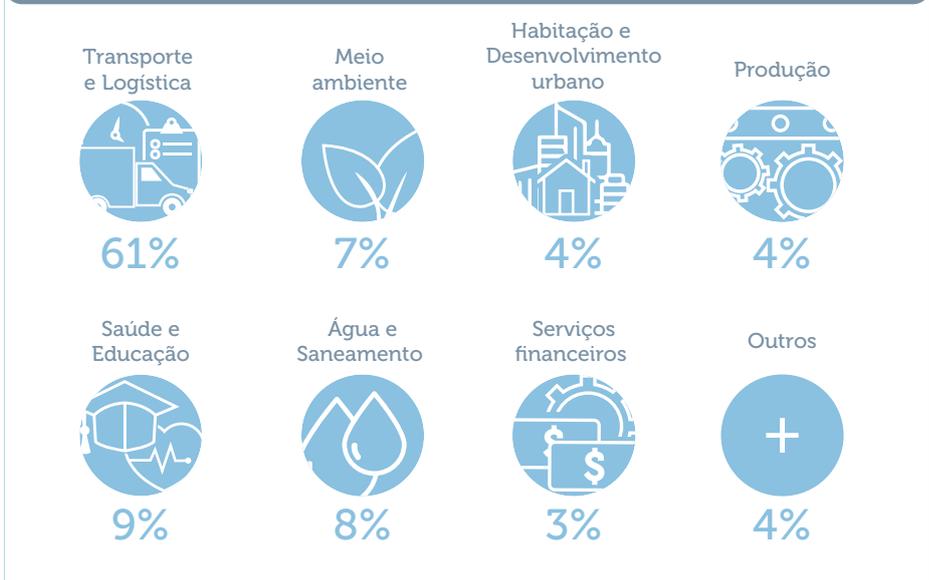
(Média ponderada pela carteira de empréstimos dos países)



Distribuição e número total de projetos aprovados



Destinos por subsetor da carteira de empréstimos ano 2017





4 | Anexos







Anexo I

Informações
históricas das
operações
aprovadas

ARGENTINA



EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO					Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017			
Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		ARGENTINA		24.650		610.127	634.777	256.286
1	ARG-2/83	Construção de Porto e de Defesa Litorânea em Formosa.	*2	-		7.100	7.100	-
2	ARG-3/83	Desenvolvimento Integral da Região Sudeste de Formosa.	*2	-		9.200	9.200	-
3	ARG-4/93	Estudo: Efeitos da Integração Econômica nos Sistemas Urbanos e de Transporte das Províncias do Litoral e Chaco Argentino, região da Bacia do Prata.	*2	1.462		-	1.462	-
4	ARG-5/94	Realização de Estudos e Projetos para o Saneamento de Córregos na cidade de Posadas.	*3	2.244		-	2.244	--
5	ARG-6/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias Nº 8 e 2, Trechos: 25 de Mayo - Santa Rita; Santa Rita - Colonia Aurora; Colonia Aurora - El Soberbio; El Soberbio - Saltos del Mocona. Província Misiones	*2	1.877	i)	32.959	34.836	-
6	ARG-7/94	Execução do Programa de Cooperação Técnica e Investimentos em Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças no Noroeste e Nordeste Argentino com necessidades insatisfeitas.	*2	978	i)	21.499	22.477	-
7	ARG-8/94	Realização do Programa de Reconversão Produtiva e Reestruturação Empresarial Voltada para as Exportações.	*2	8.000		-	8.000	-
8	ARG-9/96	Programa de Modernização e Desenvolvimento do Comércio Internacional - COMINTER.	*2	3.238	a)	-	3.238	-
9	ARG-10/96	Cooperação Técnica Reembolsável. Programa de Reconversão Empresarial para as Exportações - PREX.	*2	4.000		-	4.000	-
10	ARG-11/99	Programa de apoio à Secretaria de Programação Econômica e Regional do Ministério de Economia e Obras e Serviços Públicos.	*3	1.500		-	1.500	-
11	ARG-12/2002	Realização dos Estudos de Pré-Investimento e Execução das Obras para a Reconversão do Porto da Cidade de Santa Fé.	*2	900	b)	25.000	25.900	-
12	ARG-13/2003	Programa de Financiamento Contrapartida Local para o Projeto BID 1118/OC-AR- Programa de Emergência para a recuperação das áreas afetadas pelas inundações com especial ênfase na Província de Santa Fé.	*2	-		51.000	51.000	-
13	ARG-14/2004	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas - PROSOFA II	*2			22.485	22.485	-
14	ARG-15/2004	Programa de Melhoria e Otimização da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Área Metropolitana de Buenos Aires.	*3	-		27.650	27.650	-
15	ARG-16/2006	Realização do Projeto de Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Alerta Precoce e Prevenção de Catástrofes.	*2	450		-	450	-
16	ARG-17/2006	Programa de Melhoria na Competitividade dos Portos Fluviais da Província de Buenos Aires.	*1	-		47.200	47.200	19.354
17	ARG-18/2006	Execução do Programa de Apoio à Inserção Comercial Internacional das Pequenas e Médias Empresas Argentinas PROARGENTINA II	*2			4.500	4.500	-
18	ARG-19/2013	Projeto de Fortalecimento da Interrupção da Transmissão Vetorial da Doença de Chagas na República Argentina.	*1	-		25.000	25.000	309

EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		ARGENTINA		24.650	610.127	634.777	256.286
19	ARG-20/2014	Criação de uma Entidade Nacional de Programação e de uma Rede de Salas de Cinema para a Promoção e Divulgação de Conteúdos Audiovisuais da Região.	*1	-	5.263	5.263	3.062
20	ARG-21/2014	Programa de Desenvolvimento Social em Áreas Fronteiriças do Noroeste e Nordeste Argentino com Necessidades Básicas Insatisfeitas – (PROSOFA III).	*1	-	28.170	28.170	15.202
21	ARG-22/2014	Programa de Desenvolvimento de Áreas de produção agrícola em Províncias Fronteiriças da Bacia do Prata - Primeira Etapa.	*1	-	18.400	18.400	6.031
22	ARG-23/2015	Projeto de Integração Ferroviária Argentino - Boliviana para o Desenvolvimento Econômico e Regional - Ramal C 15 Ferrocarril Gral. Belgrano. Argentina.	*1	-	35.000	35.000	30.605
23	ARG-24/2015	Programa de Desenvolvimento da Bacia do Rio Bermejo.	*1	-	35.000	35.000	35.000
24	ARG-25/2016	Programa de Fortalecimento Institucional de Planejamento Territorial.	*1	-	12.000	12.000	10.715
25	ARG-26/2016	Projeto de Modernização do Estado – Programa País Digital.	*1	-	7.500	7.500	6.696
26	ARG-27/2016	Programa de Emergência para dar Resposta aos Efeitos de "El Niño" na Argentina.	*1	-	20.000	20.000	15.972
27	ARG-28/2016	Programa de Desenvolvimento de Complexos Fronteiriços. 1/	*1	-	20.000	20.000	17.860
28	ARG-29/2016	Programa de Melhoria Integral para Assentamentos Fronteiriços. 2/	*1	-	20.000	20.000	20.000
29	ARG-30/2016	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agroindustrial.	*1	-	10.000	10.000	10.000
30	ARG-31/2016	Programa de Acesso ao Financiamento Produtivo no Norte Argentino. 3/	*1	-	20.000	20.000	28.416
31	ARG-32/2016	Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Água Potável e Saneamento da Mesopotâmia.	*1	-	33.000	33.000	33.000
32	ARG-33/2017	Programa para a Execução da Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares - ENGHO, em sua sigla em espanhol.	*1	-	5.000	5.000	4.065
33	ARG-34/2017	Programa de Fortalecimento Institucional das Justiças Provinciais e da Cidade Autônoma de Buenos Aires.	*4	-	5.000	5.000	-
34	ARG-35/2017	Programa de Infraestrutura para a Integração.	*4	-	22.200	22.200	-
35	ARG-36/2017	Projeto de Conectividade da Região Metropolitana na Província de Buenos Aires.	*4	-	40.000	40.000	-

i) Empréstimos na modalidade de etapas sucessivas

a) \$3.293.840,00 para a fase de investimento não comprometida

b) \$25.000.000,00 para a fase de investimento não comprometida

*1 Empréstimos em execução

*2 Empréstimos concluídos

*3 Empréstimos anulados

*4 Em processo de assinatura de contrato



EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		BOLÍVIA		6.998		508.292	515.290	180.451
1	BOL-1/79	Viabilidade da Ferrovia Vallegrande - Zudáñez.	*2	585			585	-
2	BOL-2/80	Projeto Final da Ferrovia Motacucito - Porto Busch.	*2	423		-	423	-
3	BOL-3/81	Aerofotogrametria da Alta Bacia do Rio Bermejo.	*2	234		-	234	-
4	BOL-4/81	Pavimentação da Rodovia Potosí - Tarapaya.	*2			7.000	7.000	-
5	BOL-5/82	Pavimentação da Rodovia Sucre - Yotala - Totacoa.	*2	-		7.500	7.500	-
6	BOL-6/83	Viabilidade e Projeto Final da Rodovia Padcaya - Bermejo.	*2	1.000		-	1.000	-
7	BOL-7/86	Projeto Final da Rodovia Challapata - Tarapaya.	*2	720		-	720	-
8	BOL-8/85	Pavimentação da Rodovia Santa Cruz - Trinidad.	*2	-		19.500	19.500	-
9	BOL-9/89	Pavimentação da Rodovia Totacoa - Puente Méndez.	*2	-		8.280	8.280	-
10	BOL-10/89	Pavimentação da Rodovia Palmar Grande - Yacuiba.	*2	-		13.878	13.878	-
11	BOL-11/89	Reabilitação dos Trechos Rodoviários: Cochabamba - Chimoré e Yapacaní - Guabirá.	*2	-		8.800	8.800	-
12	BOL-12/90	Pavimentação Rodovia Santa Cruz - Trinidad.	*2	-		13.700	13.700	-
13	BOL-13/90	Execução das Obras de Ampliação e Melhoria do Aeroporto "Capitán Nicolás Rojas", no Departamento de Potosí	*2	-		4.500	4.500	-
14	BOL-14/92	Elaboração dos Estudos de Viabilidade e Projeto Final para a Pavimentação da Rodovia Cuchu Ingenio-Villazón.	*2	2.087		-	2.087	-
15	BOL-15/92	Execução de Obras de Melhoria e Pavimentação do Trecho Rodoviário entre Santa Cruz de la Sierra e Abapó.	*2	-		10.000	10.000	-
16	BOL-16/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Nº 6, Trecho Boyuibe - Hito Villazón	*2 a)	728	i)	-	728	-
17	BOL-17/94	Realização de Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Abapó - Camiri	*2	1.220	i)	17.000	18.220	-
18	BOL-18/04	Execução de Obras para a Pavimentação do Projeto viário que abrange as rodovias: Guabirá - Chané - Aguaíces - Colonia Pirai.	*2	-		40.000	40.000	-
19	BOL-19/11	Projeto de Construção da Rodovia Rio Uruguaito - Santa Rosa de la Roca - San Ignacio de Velasco.	*1	-		63.450	63.450	-
20	BOL-20/13	Programa de Conservação Rodoviária – Reabilitação por Graus de Intervenção (Manutenção Periódica) do Trecho Rodoviário San Ramón - San Javier - Concepción - Rio Uruguaito.	*1	-		35.000	35.000	-

EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		BOLÍVIA		6.998	508.292	515.290	180.451
21	BOL-21/14	Projeto: Construção Dupla Via Montero - Cristal Mayu. Trecho: Ivirgarzama - Ponte Mariposas.	*1	-	34.754	34.754	16.105
22	BOL-22/14	Projeto: Construção Dupla Via Montero - Cristal Mayu. Trecho: Ponte Mariposas - Ponte Chimoré.	*1	-	20.531	20.531	9.306
23	BOL-23/14	Projeto: Construção da Rodovia Nazacara - Parte IV. Trecho: Nazacara - San Andrés de Machaca.	*1	-	26.000	26.000	1.849
24	BOL-24/14	Projeto: Construção de Obras de Proteção contra Inundações nas Bacias do Departamento de Santa Cruz.	*1	-	13.400	13.400	0
25	BOL-25/15	Equipamento do Aeroporto Internacional de Alcantarí, Departamento de Chuquisaca	*1	-	5.000	5.000	3.191
26	BOL-26/15	Projeto: Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho Ponte Chimoré. Km 15. Villa Tunari.	*1	-	50.000	50.000	50.000
27	BOL-27/15	Projeto: Pista Dupla Montero - Cristal Mayu. Trecho Ponte SN4-Villa Tunari.	*1	-	50.000	50.000	50.000
28	BOL-28/16	Programa Colhendo Água - Semeando Luz.	*1	-	10.000	10.000	10.000
29	BOL-29/17	Programa de Construção de Pontes para o Departamento de Cochabamba	*3	-	10.000	10.000	-
30	BOL-30/17	Programa de Infraestrutura Urbana para a Geração de Emprego na Bolívia	*3	-	40.000	40.000	40.000

i) Empréstimos sob a forma de etapas sucessivas.

a) Quantia de \$38.173.554,00 para a fase de investimento não comprometida

*1 Empréstimos em execução

*2 Empréstimos concluídos



EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		BRASIL		-		408.912	408.912	35.373
1	BR-1/94	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia MS-141 Trecho Ivinhema - Naviraí e Rodovia MS-475, Trecho MS-141 Guassulândia - Entr. BR-376.	*2	-		20.000	20.000	-
2	BR-2/95	Execução do Programa de Preservação do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia Arroio Dilúvio.	*2			1.143	1.143	-
3	BR-3/95	Execução de Obras de Ampliação do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre.	*2			2.600	2.600	-
4	BR-4/97	Execução do Projeto de Construção de Ponte sobre o Rio Paraguai na Rodovia BR-262, entre Miranda e Corumbá.	*2			13.400	13.400	-
5	BR-5/01	Execução de Obras para a Pavimentação das Rodovias: MS 384/474, no Trecho: Antônio João - Bela Vista - Caracol - Entroncamento com a Rodovia BR-267.	*2			24.000	24.000	-
6	BR-6/02	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Preservação do Córrego Sóter.	*2			6.148	6.148	-
7	BR-7/03	Execução do Programa Integrado da Zona Norte Entrada da Cidade.	*2			27.500	27.500	-
8	BR-8/04	Execução de Obras para o Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis.	*2			22.400	22.400	-
9	BR-9/05	Execução de Obras para a Melhoria da Infraestrutura Viária na Região Sul - Fronteira.	*2			28.000	28.000	-
10	BR-10/06	Execução do Programa Eixo Ecológico e Estruturação de Parques Ambientais - Linha Verde.	*1			11.800	11.800	-
11	BR-11/06	Execução do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais da Cidade de Curitiba.	*2			10.000	10.000	-
12	BR-12/07	Execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu.	*2			17.061	17.061	-
13	BR-13/07	Financiamento do Projeto de Melhoria e Expansão da Infraestrutura Viária de Chapecó.	*2			14.750	14.750	-
14	BR-14/08	Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga.	*3			19.250	19.250	-
15	BR-15/08	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Cachoeirinha, Município de Cachoeirinha - RS.	*2			8.910	8.910	-
16	BRA-16/14	Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá - PDI.	*1			40.000	40.000	35.373
17	BRA-17/17	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	*4			17.250	17.250	-
18	BRA-18/17	Programa Linha Verde do eixo Ecológico do Leste de Joinville.	*4			40.000	40.000	-
19	BRA-19/17	Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia - Moderniza - Atibaia.	*4			34.700	34.700	-
20	BRA-20/17	Projeto Pelotas Viva Melhor.	*4			50.000	50.000	-

*1 Empréstimos em execução
*2 Empréstimos concluídos

*3 Empréstimos anulados
*4 Em processo de assinatura de contrato

PARAGUAI



EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO		INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		PARAGUAY		76.475		475.099	551.574	64.414
1	PAR-2/79	Programa de Pré-Investimento.	*2	3.000		-	3.000	-
2	PAR-3/78	Viabilidade Viária no Chaco Paraguayo.	*2	675		-	675	-
3	PAR-4/81	Programa de Colonização e Desenvolvimento Pecuário no Noroeste do Chaco Paraguayo.	*2	-		4.000	4.000	-
4	PAR-5/84	Obras de Reabilitação e Pavimentação da Rodovia Villarrica - Ñumi.	*2	-		8.400	8.400	-
5	PAR-6/84	Sétimo Projeto Pecuário.	*2	-		15.000	15.000	-
6	PAR-7/85	Habilitação de Pequenos Agricultores no Departamento de Caaguazu.	*3	-		2.300	2.300	-
7	PAR-8/86	Pavimentação da Rodovia Desvio Filadélfia e Mariscal Estigarribia.	*2	-		20.300	20.300	-
8	PAR-9/90	Acessos ao Porto de Assunção.	*3	230		-	230	-
9	PAR-10/92	Estudo de Viabilidade e Desenho Final. Pavimentação do Trecho Rodoviário da Rodovia 12 entre Chaco-i e Fortín Gral. Bruguez.	*2	522		6.478	7.000	-
10	PAR-11/93	Execução de Obras para o Abastecimento de Água Potável nos Departamentos de Fronteira.	*2	-		3.800	3.800	-
11	PAR-12/93	Execução do Programa Global de Empréstimos ao Setor Industrial.	*2	-		20.000	20.000	-
12	PAR-13/93	Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia IV (General José E. Díaz) no trecho San Ignacio - Pilar.	*2	-		34.580	34.580	-
13	PAR-14/94	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Pavimentação da Rodovia Nº 9 (Transchaco, trecho Mariscal Estigarribia - Eugenio A. Garay.)	*2 a)	1.548	i)	-	1.548	-
14	PAR-15/94	Execução do Programa Global de Empréstimos a Pequenos e Médios Produtores do Setor Pecuário.	*2	-		10.000	10.000	-
15	PAR-16/01	Estudos de Pré-Investimento e Execução de Obras para a Construção do Terminal Portuário Multipropósito da cidade de Pilar no Departamento de Ñeembucu.	*1	500	i)	8.500	9.000	-
16	PAR-17/02	Financiamento Parcial da Contribuição Local para o Programa de Melhoria dos Corredores de Integração da Região Ocidental do Paraguai.	*2	-		20.252	20.252	-
17	PAR-18/04	Programa Global de Créditos para a Reativação e o Desenvolvimento da Criação de Gado.	*3	-		10.000	10.000	-
18	PAR-19/11	Projeto de Reabilitação e Pavimentação do Trecho Santa Rosa de Aguaray - Capitán Bado.	*1	-		97.928	97.928	-
19	PAR-20/15	Desenvolvimento de Infraestrutura Viária em Corredores de Integração Sul – Oeste do Paraguai (Melhoria Trecho Alberdi-Pilar; Acesso ao Porto Pilar, e Reabil. Trecho Remanso-Falcón).	*1	70.000	1/	70.000	140.000	55.510
20	PAR-21/15	Linha de Financiamento para a Melhora da Produção e da Comercialização dos Pequenos e Médios Produtores no Âmbito Nacional.	*1	-		15.000	15.000	8.904
21	PAR-22/16	Projeto de Habilitação da Malha Viária Pavimentada.	*1	-		42.750	42.750	-
22	PAR-23/16	Projeto de Melhoria de Estradas Locais e Pontes na Região Oriental.	*1	-		42.911	42.911	-



EMPRÉSTIMOS APROVADOS - POR TIPO DE FINANCIAMENTO

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

Nº	EMPRÉSTIMOS	PROJETOS		PRÉ- INVESTIMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL APROVADO	A SER DESEMBOLSADO
		URUGUAY		6.247	355.591	361.838	45.435
1	UR-2/82	Estudos das rodovias 1, 4 e 14 e quatro pontes.	*2	2.000	-	2.000	-
2	UR-3/84	Construção de Laboratório de Pesquisa e Controle da Febre Aftosa.	*2	2.000	-	2.000	-
3	UR-4/89	Construção do Centro Malvin Norte e Equipamento dos Centros de Pesquisa de Pós-Graduação da Universidade.	*2	-	3.534	3.534	-
4	UR-5/92	Execução de Obras para a reabilitação de quatro trechos viários das Rodovias 5 (Acesso à cidade de Tacuarembó), 8 (Acessos à cidade de Treinta y Tres) e 9 (Acesso à cidade do Chuy)	*2	-	19.727	19.727	-
5	UR-6/92	Cooperação Técnica para a Elaboração do Estudo de Impacto do Processo de Integração Regional no Transporte de Carga.	*2	441	-	441	-
6	UR-7/93	Execução dos Estudos de Desenho Final Plano de Saneamento para o Interior do País.	*2	954	-	954	-
7	UR-8/93	Plano de Transformações da Direção Nacional de Correios.	*2	-	1.830	1.830	-
8	UR-9/94	Programa de Cooperação Técnica e Investimento em Infraestrutura Física, Equipamento e Capacitação para o Setor Educação.	*3	337	-	337	-
9	UR-10/94	Execução do Dragado e Sinalização dos Canais de Martín García entre o km 0 do Rio Uruguay e a Interseção do Canal de Acesso ao Porto de Buenos Aires no km. 37 (Barra del Farallon).	*2	-	25.000	25.000	-
10	UR-11/94	Realização dos Planos Mestres para os Portos de Colonia e Juan Lacaze.	*2	233	-	233	-
		Realização dos Planos Mestres para os Portos Nueva Palmira e Fray Bentos.	*2	283	-	283	-
11	UR-12/2003	Assistência Financeira Destinada a Solver Parcialmente as Despesas das Contribuições Locais para a Execução de Obras e Aquisição de Equipamento Correspondente a Programas e/ou Projetos que Contam com Financiamento do BID, do BIRF e do CAF.	*2	-	30.000	30.000	-
12	UR-13/2012	Programa de Reabilitação e Manutenção de Infraestrutura.	*1	-	112.000	112.000	-
13	URU-14/2014	Construção e Melhoria dos Sistemas de Saneamento em Localidades da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Lucía.	*1	-	30.500	30.500	27.287
14	URU-15/2014	Projeto de Construção da Linha de Transmissão Elétrica Tacuarembó - Melo em 500 kV.	*3	-	40.000	40.000	-
15	URU-16/2015	Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária - Fase II.	*1	-	35.000	35.000	8.447
16	URU-17/2015	Financiamento do Segundo Programa de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura Viária.	*1	-	30.500	30.500	9.701
17	URU-18/2016	Programa de Apoio a Obras da Malha Viária Nacional (Uruguai).	*1	-	27.500	27.500	-

*1 Empréstimos em execução

*2 Empréstimos concluídos

*3 Empréstimos anulados

*4 Em processo de assinatura de contrato

Cooperação Técnica

OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO CONTINGENTE

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

CÓDIGO	ITEM	ESTADO	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/RC-ARG-1/95	Estudos Complement. Fase I dos Estudos de Viabilidade para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Alta Bacia do Rio Bermejo e do Rio Grande de Tarija.	(*)	437,3	-
OCT/RC-BINACIONAL-ARG-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente Destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Ñeembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção.	(**)	603,2	80,0
OCT/RC-BOL-1/91	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Projeto de Eletrificação da Província Modesto Omiste do Departamento de Potosí.	(*)	102,0	-
OCT/RC-BOL-2/92	Atualização do Estudo de Viabilidade e Otimização do Desenho Final do Trecho Rodoviário Padcaya - La Mamora no Departamento de Tarija.	1/	203,7	-
OCT/RC-BOL-3/92	Execução do Estudo de Viabilidade Fase I para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija.	(*)	481,5	-
OCT/RC-BOL-4/95	Estudos para a elaboração do Projeto para o Plano Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa na República da Bolívia.	(*)	344,3	-
OCT/RC-PAR-1/91	Estudo de Projeto Final de Engenharia do Trecho Rodoviário San Ignacio - Pilar.	2/	355,0	-
OCT/RC-PAR-2/91	Revisão e Atualização do Estudo de Desenho Final de Engenharia do Trecho Rodoviário Concepción - Pozo Colorado.	3/	54,0	-
OCT/RC-PAR-3/92	Execução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e de Estrutura Final do Projeto de Acessos ao Porto de Assunção.	(*)	545,4	-
OCT/RC-PAR-4/96	Execução dos Estudos de Zonificação de Áreas Inundáveis do Rio Paraguai.	(*)	254,1	-
OCT/RC-BINACIONAL-PAR-01/2008	Cooperação Técnica de Recuperação Contingente destinada à Execução do Programa de Otimização da Conectividade Territorial entre a Argentina e o Paraguai. Nó: Ñeembucu - Rio Bermejo e Nó: Clorinda - Área Metropolitana de Assunção.	(**)	603,2	53,5
OCT/RC-UR-1/91	Estudo de Viabilidade para o Ramal Ferroviário para o Porto de Nueva Palmira.	(*)	84,0	-
OCT/RC-UR-2/92	Execução do Estudo de Viabilidade do Projeto de Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Bovinas e Implementação do Sistema de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Avaliação do Impacto de Doenças Crônicas e Complexos Subclínicos no Gado Uruguaio.	(*)	97,0	-
OCT/RC-UR-3/93	Execução do Programa de Investimento Social Fase I.	(*)	307,6	-
TOTAL			4.472,3	133,4

(*) Concluídas

(**) Em execução

/1 Em julho/2000, o Beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de US\$ 201.997,73.

/2 Com o 1º Desemb. do Empréstimo PAR-13/93 foram recuperados US\$ 319.999,14 (Reais) e US\$ 34.992,01 (Guaranis) pela OCT.

/3 Em 17 de junho/98, o beneficiário devolveu a importância antes desembolsada de US\$ 53.160,34.

Cooperação Técnica

OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

CÓDIGO	ITEM	ESTADO	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/N.R.-CIH-1/91	Cooperação Técnica não Reembolsável para a Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto Cáceres - Porto Nueva Palmira).	(*)	150,0	-
OCT/N.R.-CIH-2/95	Cooperação Técnica Não Reembolsável para a Realização de Estudos sobre: o Desenvolvimento das Zonas Produtivas nas Áreas de Influência Portuárias.	(*)	485,0	-
OCT/N.R.-CIH-3/98	Cooperação Técnica não Reembolsável Destinada a Realizar Estudos sobre Sistema de Informações do Programa Hidrovia Paraguai - Paraná.	(*)	50,0	-
OCT-NR C I C - 5/2003	Cooperação Técnica Não Reembolsável para Colaborar no Financiamento da Preparação do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata.	(*)	155,0	-
OCT-NR ATN/SF-9229-RG	Instalação ou Melhoria da Infraestrutura Comunicacional de Videoconferência.	(*)	20,0	-
OCT-NR -PAR-7/2015	Fortalecimento das Capacidades do Fundo Pecuário do Paraguai.	(*)	28,2	-
OCT-NR-ARG-11/2016	Plano de Elaboração e Realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares.	(**)	66,4	6,6
OCT-NR -PAR-10/2016	Fortalecimento Institucional e Técnico do Fundo Pecuário.	(**)	97,0	-
OCT/NR-UCAR/2016	Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Agropecuário.	(**)	300,0	229,4
OCT/NR-UCAR/SUL-1/2016	Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia de Ovinos Paraguai.	(*)	52,8	-
OCT-NR -BOL-12/2016	Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável para Reunião de Alto Nível sobre Transporte Sustentável nos Países sem Litoral.	(*)	9,0	-
OCT/NR-BOL-14/2017	Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável para o Fortalecimento Institucional da Unidade de Políticas Sociais e Econômicas (UDAPE).	(**)	115,0	11,5
OCT/NR-REDSUR-13/2017	Acordo de Cooperação entre a REDSUR e o FONPLATA.	(*)	75,5	-
TOTAL			1.603,9	247,5

(*) Concluídas

(**) Em execução

Cooperação Técnica

OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS - IIRSA

Cifras informadas em milhares de dólares americanos em 31 de dezembro de 2017

CÓDIGO	ITEM	ESTADO	TOTAL APROVADO	A DESEMBOLSAR
OCT/NR-ATN-SF-9229-RG	Participação do BID e do FONPLATA na IIRSA em Apoio à Implementação da Estratégia de Divulgação e de Participação da Iniciativa IIRSA.	(*)	20,0	
OCT/NR-IIRSA-04/2002	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	1759,3	
OCT/NR-IIRSA-08/2015	Participação do FONPLATA na IIRSA Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.	(*)	200,0	
OCT/NR-IIRSA-09/2016	Financiamento Atividades IIRSA.	(**)	198,3	
OCT/NR-IIRSA-COSIPLAN-15/2017	Financiamento de Atividades da Iniciativa IIRSA.	(**)	191,5	117,5
TOTAL			2.369,1	117,5

(*) Concluídas

(**) Em execução





Anexo II

Relatório da Auditoria
Externa sobre as
Demonstrações
Financeiras do
Exercício de 2017

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA (FONPLATA)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanco patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações das patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

US \$ = dólar norte-americano



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

28 de fevereiro de 2018

Para a Assembléia de Governadores
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)
Santa Cruz de la Sierra

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA ou "o Fundo"), que estão anexados apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro.

Informação auditada

As demonstrações financeiras do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação à Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional. Cumprimos nossas responsabilidades relacionadas à ética conforme essas normas.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se



concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.



Sergio Fischer
Sócio



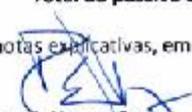
(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
BALANÇO PATRIMONIAL

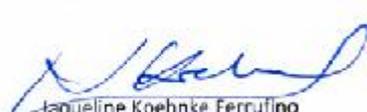
(Em milhares de dólares americanos)

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa – Nota 6.1		34.092	31.038
Investimentos			
Disponíveis para venda – Nota 6.2	11.679		12.193
Mantidos até o vencimento – Nota 6.3	137.253	148.932	167.739
Carteira de empréstimos – Nota 6.4		657.087	539.517
Juros e outros encargos acumulados			
Sobre investimentos – Nota 6.3	447		550
Sobre empréstimos – Nota 6.4	5.740	6.187	4.007
Outros ativos			
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 7.1	5.161		3.191
Diversos – Nota 7.2	143	5.304	380
Total de ativos		851.602	758.615
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Carteira de dívida – Nota 6.5	26.000		16.000
Outros passivos	912		204
Fundos especiais – Nota 6.6	8.222		8.816
Provisões de longo prazo – Nota 7.3	693	35.827	577
Patrimônio líquido			
Capital – Nota 8.1			
Autorizado	3.014.200		3.014.200
Menos exigível	(1.665.000)		(1.665.000)
Capital integralizável em dinheiro	1.349.200		1.349.200
Capital subscrito a integralizar	(643.333)	705.867	(705.917)
Reserva geral – Nota 8.3		89.740	74.979
Outras reservas – Nota 8.2		37	(5)
Lucros acumulados – Nota 8.3		20.131	14.761
Total do patrimônio líquido		815.775	733.018
Total do passivo e patrimônio líquido		851.602	758.615

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Juan E. Notaro Fraga
 PRESIDENTE-EXECUTIVO


 Gerónimo Frigerio
 PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


 Jaqueline Koehnke Ferrufino
 CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


 Patricio E. Merlani
 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2017	2016
RECEITAS – Nota 9		
Carteira de Empréstimos		
Juros	21.407	15.554
Outras receitas por empréstimos	3.645	3.382
	<u>25.052</u>	<u>18.936</u>
Investimentos		
Juros	2.246	1.318
Outros	117	44
	<u>2.363</u>	<u>1.362</u>
Outras receitas	89	180
Receitas financeiras	<u>27.504</u>	<u>20.478</u>
DESPESAS		
Juros sobre empréstimos	716	19
	<u>716</u>	<u>19</u>
Despesas financeiras	<u>716</u>	<u>19</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>26.788</u>	<u>20.459</u>
Provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	(142)	105
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	<u>26.930</u>	<u>20.354</u>
Despesas administrativas - Nota 10	6.799	5.593
Total de despesas	<u>6.799</u>	<u>5.593</u>
Receita líquida	<u>20.131</u>	<u>14.761</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	20.131	14.761
Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	42	(3)
Resultado abrangente	<u>20.173</u>	<u>14.758</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


Juan E. Nozaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO


Gerónimo Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


Jaqueline Koehnke Ferrufino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


Patricio E. Merlani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



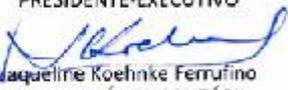
(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades de empréstimos e operacionais		
Empréstimos:		
Caixa recebido das amortizações de empréstimos	52.899	35.434
Caixa recebida de juros e comissões de empréstimos	24.104	17.006
Desembolsos de empréstimos	<u>(171.112)</u>	<u>(127.133)</u>
Caixa líquido proveniente das operações de empréstimos	<u>(94.109)</u>	<u>(74.693)</u>
Outros fluxos de caixa operacionais:		
Pagamento de salários, despesas administrativas e fornecedores	(6.962)	(5.648)
Cobrança de contas a receber	237	(244)
Pagamentos/transfêrencias a fornecedores e fundos especiais	(63)	(599)
Pagamento de benefícios sociais	<u>(291)</u>	<u>(43)</u>
Caixa líquido proveniente de outras atividades operacionais	<u>(7.079)</u>	<u>(6.534)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de empréstimos e operacionais	<u>(101.188)</u>	<u>(81.227)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos para o financiamento dos empréstimos:		
Caixa líquido recebido de endividamentos e emissões de títulos	10.000	16.000
Amortizações e serviço da dívida	<u>(539)</u>	<u>(77)</u>
Caixa líquido proveniente da captação de recursos	<u>9.461</u>	<u>15.923</u>
Integralização de capital a ser pago em dinheiro	62.584	100.750
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>72.045</u>	<u>116.673</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Desempenho dos investimentos	2.180	1.356
Pagamento de investimentos financeiros	31.473	(22.350)
Pagamento de serviços financeiros	(114)	(114)
Aquisição de propriedade e equipamentos	<u>(1.342)</u>	<u>(918)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>32.197</u>	<u>(22.026)</u>
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	<u>3.054</u>	<u>13.420</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>31.038</u>	<u>17.618</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>34.092</u>	<u>31.038</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Juan E. Notazo Fraga
 PRESIDENTE-EXECUTIVO

 Jacqueline Koehnke Ferrufino
 CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


 Gerónimo Frigerio
 PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

 Patricia E. Merlani
 GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de dólares americanos)

	Capital realizado (a)	Reserva geral	Reserva para alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	542.533	65.654	(2)	9.325	617.510
Aumento de capital – Contribuições em dinheiro	100.750	--	--	--	100.750
Alocado pela Assembleia de Governadores	--	9.325	--	(9.325)	--
Resultado do exercício	--	--	--	14.761	14.761
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	(3)	--	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	643.283	74.979	(5)	14.761	733.018
Aumento de capital – Contribuições em dinheiro	62.584	--	--	--	62.584
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	5	--	5
Alocado pela Assembleia de Governadores	--	14.761	--	(14.761)	--
Resultado do exercício	--	--	--	20.131	20.131
Resultado abrangente - Alterações no valor de investimentos disponíveis para venda	--	--	37	--	37
Saldo em 31 de dezembro de 2017	705.857	89.740	37	20.131	815.775

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante das demonstrações financeiras.


Juan E. Nolasco Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO


Sebastián Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA


Jacqueline Koehnke Ferrutino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL


Patricia E. Merliani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(em milhares de dólares americanos)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

Os Governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, imbuídos de firme espírito de cooperação e solidariedade, e convencidos de que as ações conjuntas tornarão possível o desenvolvimento regional harmônico e equilibrado, assinaram o Tratado da Bacia do Prata em 23 de abril de 1969.

A Bacia do Prata é uma região caracterizada pela riqueza em recursos naturais, destacando-se suas bacias hidrográficas, a abundância de minérios e a fertilidade do solo. A região tem áreas de amplo potencial para atividades agropecuárias e industriais, abriga algumas das reservas hidrelétricas mais importantes da América Latina, como Itaipu, Yacyretá e Salto Grande, e conta com extensas redes de transporte rodoviário e fluvial.

Os cinco Países mantêm uma conexão muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, i.e., os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial e terrestre, e outros sistemas de comunicação.

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA ou o Fundo), foi criado como resultado do Tratado da Bacia do Prata, por meio de Convênio Constitutivo assinado pelos governos dos países-membros, que entrou em vigor em 14 de outubro de 1976.

O FONPLATA é pessoa jurídica internacional, de duração indefinida, que se rege pelas disposições estabelecidas em seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua Sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e tem um escritório de acompanhamento de projetos na cidade de Assunção, República do Paraguai, desde 1989.

Segundo os termos do Artigo I do Tratado, o objetivo do FONPLATA é financiar a realização de estudos, projetos e obras com vistas a promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata, destinando para esses efeitos recursos próprios, bem como recursos que venha a obter de outras fontes de financiamento.

Algumas das principais funções do FONPLATA são a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus países-membros; o financiamento de estudos de pré-investimento com vistas a identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para a Bacia; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; e todas as demais funções que contribuam para o melhor cumprimento de seus objetivos.

No ano de 2011, a Assembleia de Governadores, no âmbito da implementação de um novo modelo de gestão institucional, criou o cargo de Presidente-Executivo e aprovou uma nova delegação e distribuição das funções de governança e de administração do Fundo, delegando no Presidente o exercício das funções de representação jurídica, direção e administração. O primeiro Presidente do FONPLATA foi nomeado pela Assembleia de Governadores e entrou em funções em setembro de 2012.

Entre setembro e dezembro de 2012, foi implementado um conjunto de medidas que modernizou e dinamizou o Fundo. Dentre as medidas mais importantes, destacam-se: a reformulação do ciclo de projetos, tornando-o mais ágil e reduzindo seus custos transacionais; a adoção de uma nova estrutura orçamentária baseada em resultados, melhorando a prestação de contas, a transparência e o processo de tomada de decisões; a incorporação da gestão por objetivos e o início de uma relação fluente com as instituições internacionais multilaterais.

Na gestão 2013, foi aprovado o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022, que constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de consecução dos resultados da gestão do FONPLATA. Em agosto de 2017, a Assembleia de Governadores aprovou a revisão do PEI para o período 2018 – 2022, reafirmando os cinco pilares identificados no PEI 2013, organizando sua implementação com três objetivos estratégicos e dez linhas de ação, com vistas a assegurar a relevância, a agilidade, a efetividade e a eficiência institucional. Por sua vez, em novembro de 2017, a Assembleia de Governadores aprovou o Documento de Programas e Orçamento para o período 2018 – 2020, que faz parte do plano de negócios trienal junto com o orçamento administrativo e de capital, estruturados com base nos resultados esperados para os prazos curto e médio, que estão alinhados com as dez diretrizes estratégicas identificadas no PEI 2018 – 2022.

Juntamente com a aprovação do PEI em 2013, foi alterado o Convênio Constitutivo, fortalecendo o processo de governança, e foi aprovado o primeiro aumento do capital do FONPLATA de \$489.200 para \$1.639.200.

Continuando com a implementação de medidas para modernizar e agilizar a operação do Fundo e consolidar o novo modelo de gestão, entre 2013 e 2014 foram aprovados e implementados novos instrumentos e políticas financeiras. Estas mudanças lançaram as bases para o novo papel que o FONPLATA está tentando consolidar como instituição financeira de desenvolvimento e contribuíram para obter com sucesso, em setembro de 2016, classificação de risco de crédito na categoria grau de investimento por duas agências de classificação de risco reconhecidas internacionalmente.

Em 28 de janeiro de 2016, demonstrando seu apoio à gestão do FONPLATA no período 2012 – 2015 e seu compromisso com o aumento da capacidade de empréstimo para cuidar da demanda crescente de financiamento de seus países-membros, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital. Este novo aumento efetivou-se no início de 2017 com a subscrição e o compromisso de 100% do capital exigível, totalizando \$825.000. O capital de \$550.000, a pagar em dinheiro, será integralizado em sete parcelas anuais a partir do ano de 2018.

As demonstrações financeiras para o exercício 2017 foram consideradas pela Comissão de Auditoria da Diretoria Executiva e a Diretoria recomendou sua aprovação à Assembleia de Governadores do FONPLATA.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente para todos os anos apresentados.

2.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento às Normas Internacionais de Contabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, por sua sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações (IFRIC, por sua sigla em inglês) aplicável às entidades informam de acordo com as IFRS e cumprem as normas emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, por sua sigla em inglês).

O Fundo apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme o critério de liquidez. Ativo e passivo são apresentados em função de sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e além dos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 11.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Alguns investimentos mensurados pelo menor valor entre o custo amortizado ou seu valor de mercado, quando houver indicadores de perdas por desvalorização.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo FONPLATA

O FONPLATA aplicou as seguintes normas e alterações pela primeira vez na gestão anual iniciada em 1º de janeiro de 2017:

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
Modificações na IAS/NIC 12 – Impostos sobre o Rendimento	Estas modificações nos reconhecimentos dos ativos pelos impostos diferidos por perdas não realizadas aclaram como se contabiliza estes ativos quando se relacionam com instrumentos de dívida medidos ao seu valor razoável.	Esta norma não tem impacto nos estados financeiros do Fundo devido a que se encontra isento do pagamento de impostos sobre as utilidades.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 1 de janeiro de 2017.
Modificações a IAS/NIC 7 – Demonstrações de Fluxos de Caixa	Estas modificações da NIC 7 introduzem revelações adicionais que permitem aos usuários avaliar alterações nos passivos por atividades de financiamento. Isto inclui as alterações que impliquem em "fluxo de caixa", tais como o saque de fundos e reembolsos dos empréstimos; e alterações que não impliquem em "fluxo de Caixa", tal como aquisições, alienações e diferenças de alterações não realizadas.	FONPLATA não identificou impactos significativos em seus estados financeiros da aplicação desta modificação.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2017.

(iv) Novas normas e interpretações não adotadas

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 estabelece a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, e introduz novas regras para a contabilidade de cobertura.</p> <p>Em julho de 2014, a IASB completou seu projeto de instrumentos financeiros com a emissão da IFRS 9, que incluía os requisitos previamente emitidos e as alterações adicionais para introduzir o novo modelo de perdas previsíveis por deterioração de créditos, e mais algumas alterações nos critérios para a classificação e mensuração de ativos financeiros.</p>	<p>Tendo acompanhado as mudanças aprovadas pela IASB em julho de 2014, o FONPLATA não espera maiores impactos das novas regras de classificação, mensuração e baixa nos ativos e passivos financeiros.</p> <p>O FONPLATA ainda não fez uma avaliação detalhada dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que aparentemente cumpririam as condições para serem classificados como instrumentos financeiros a valor justo com mudanças por meio de outros resultados abrangentes baseados no atual modelo de negócio desses ativos. Não se espera, portanto, que ocorra uma mudança na contabilização desses ativos.</p> <p>A nova norma estabelece, ainda, mudanças nas regras de contabilização das coberturas, que não afetam o FONPLATA, pois a Instituição não mantém esse tipo de instrumentos financeiros.</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2015, o FONPLATA adotou o novo modelo de perdas por desvalorização esperadas em empréstimos com relação a sua carteira de empréstimos soberanos.</p>	<p>Esta revisão completa o projeto de instrumentos financeiros da IASB e esta nova norma está em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, permitindo-se a adoção antecipada (sujeito a exigências locais aplicáveis).</p>
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	<p>A IASB emitiu uma nova norma para a realização de receita. Esta norma</p>	<p>FONPLATA revisou o registro contábil de seus contratos de empréstimo,</p>	<p>É obrigatória a aplicação desta norma às gestões financeiras a serem</p>

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
	<p>substituirá a IAS/NIC 18, que abrange os contratos de bens e serviços, e a IAS/NIC 11, que abrange os contratos de construção.</p> <p>Ela se apoia no princípio de que as receitas devem ser reconhecidas quando o controle dos bens e serviços é transferido para o cliente. Portanto, a noção de controle substitui a noção atual de riscos e benefícios.</p> <p>Esta norma possibilita fazer uma modificação retrospectiva em sua adoção. Sob este esquema, as entidades poderiam reconhecer ajustamentos de transição nos resultados acumulados na data da aplicação inicial, sem voltar a expressar a gestão comparativa. As novas regras devem ser aplicadas aos contratos não concluídos na data da aplicação inicial.</p>	<p>endividamento, serviços e compras de ativos a fim de assegurar o devido cumprimento com a norma IFRS 15, determinando que sua aplicação não gera alterações em sua avaliação, registro e exposição dos mesmos durante o exercício 2017, em relação ao exercício de 2016.</p> <p>A aplicação desta norma não afeta de forma alguma a realização de receita de empréstimos outorgados nem os custos financeiros por endividamentos contratados para financiar parte de seu desembolso, bem como o reconhecimento de despesas por contratos de serviços e o valor dos ativos imobilizados como resultado da aquisição da nova sede do FONPLATA.</p>	<p>iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018.</p>
IFRS 16 - Arrendamento	<p>Para o caso dos arrendatários, elimina a distinção entre contratos de "arrendamento financeiro" registrados no balanço patrimonial e os de "arrendamento operacional", para os quais não é exigido o reconhecimento das parcelas de arrendamento futuras. Em seu lugar, desenvolve-se um modelo único, similar ao modelo atual de arrendamento financeiro.</p>	<p>O Fundo determinou que estas mudanças não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras, pois o FONPLATA não financia operações de arrendamento de capital em suas operações de empréstimo nem usa esta modalidade para o arrendamento de seus escritórios de ligação. Os arrendamentos dos escritórios de ligação são realizados sob a modalidade de contratos de arrendamento operacional renováveis anualmente e não estão previstas mudanças no prazo médio.</p>	<p>Esta norma aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.</p>

Título da norma	Natureza da alteração	Impacto	Data de aplicação obrigatória
IFRS 2 – Pagamento baseado em ações.	Esta modificação esclarece como contabilizar determinados tipos de operações de pagamentos baseados em ações.	Esta modificação não tem impacto nos estados financeiros do Fundo devido ao fato de que FONPLATA não realiza pagamentos baseados em ações.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IAS/NIC 40 – Propriedades de Investimentos	Estas modificações esclarecem que para se transferir propriedades de investimentos deve haver uma mudança de uso do ativo. Esta mudança deve ser comprovada por evidências.	Esta modificação não tem impacto nos estados financeiros do Fundo, devido ao fato de que FONPLATA não tem propriedades como investimentos.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contrapartida antecipada	Esta norma trata de transações em moeda estrangeira ou partes de transações onde existe uma contraprestação que está denominada ou cotada em uma moeda estrangeira. A interpretação proporciona um guia para quando se faz um pagamento/ recebimento único, assim como para situações em que se realizam múltiplos pagamentos/ recebimentos. A mesma tem como objetivo reduzir a diversidade na prática.	FONPLATA não estima impactos nos estados financeiros devido ao fato de que não mantém transações significativas em moedas estrangeiras.	Esta norma tem vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2018.
IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de Imposto de Renda	Esta norma esclarece como o reconhecimento e as exigências de medição da IAS/NIC 12 “Impostos sobre a Receita”, são aplicados quando há incerteza sobre o tratamento de impostos sobre a receita	Esta norma não tem impacto sobre os estados financeiros do Fundo, devido ao fato de que se encontra isento do pagamento sobre as utilidades.	Esta norma foi publicada em junho de 2017 e entrará em vigência para os exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2019.

2.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o FONPLATA determinou que o Fundo tem apenas um segmento operacional que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países-membros.

O FONPLATA avalia periodicamente o desempenho e a posição financeira do Fundo de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

2.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações nelas incluídas, são medidos usando o dólar americano, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o FONPLATA (“a moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na taxa de câmbio na data de cada transação. As perdas ou ganhos por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar americano e, em geral, estão ligadas a despesas administrativas incorridas na sede principal do FONPLATA, ou em seu escritório em Assunção, Paraguai. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associadas a despesas administrativas são apresentadas na DRE numa base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, como investimentos e empréstimos são apresentados em dólares americanos e o Fundo não tem passivo financeiro, portanto, não há diferenças cambiais ligadas a ativos financeiros.

Os bens ou serviços apresentados em moedas diferentes da moeda funcional avaliados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais em ativos e passivos avaliados com base no valor justo são divulgadas como parte dos ganhos e perdas por valor justo.

2.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e por investimentos mantidos até o vencimento é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas de empréstimos, que consistem em taxas de administração e compromisso, são determinadas de acordo com a IAS 18.

O FONPLATA reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluam a favor do Fundo. O FONPLATA baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de mutuário e as especificações de cada um dos acordos assinados.

2.5 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais os riscos e os benefícios da propriedade dos ativos não são retidos pelo arrendatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos realizados pelos arrendamentos operacionais são reconhecidos nos resultados durante o período de cada arrendamento, utilizando o método de linha reta. O FONPLATA não tem arrendamentos financeiros.

2.6 Caixa e equivalente de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, o caixa e equivalente de caixa inclui o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de três meses ou menos, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de mudanças de valor.

2.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 6.4.

2.8 Investimentos e outros ativos financeiros

(I) Classificação

O FONPLATA classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Empréstimos.
- Investimentos mantidos até o vencimento, e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos tiverem sido adquiridos. O FONPLATA determina a classificação de seus investimentos na hora de sua aquisição e reconhecimento. Os investimentos a serem mantidos até seu vencimento estão sujeitos a uma revisão anual para revalidar a razoabilidade dessa classificação. A Nota 6 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativos financeiros.

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em outra categoria diferente de "títulos negociáveis". Porém, essas mudanças, se couber, devem ser realizadas apenas em circunstâncias particulares e decorrentes de um evento particular e não usual. Adicionalmente, o FONPLATA pode escolher reclassificar os ativos financeiros que não encaixem na definição de empréstimos fora das categorias de "títulos negociáveis" ou "disponíveis para venda", se o Fundo tiver a intenção e a habilidade de manter esses ativos financeiros no futuro ou até seu vencimento na categoria na qual foram reclassificados.

As reclassificações são realizadas pelo valor justo na data da reclassificação. O valor justo torna-se o custo ou custo amortizável, se couber, e não é possível realizar reversões posteriores dos ganhos ou perdas do valor justo contabilizado antes da data de reclassificação. As taxas de juros efetivas dos ativos financeiros reclassificados na categoria de "valores mantidos até seu vencimento" são determinadas na data da reclassificação. Os aumentos adicionais estimados no fluxo de caixa são ajustados pela taxa de juros efetiva de forma prospectiva.

(iii) Reconhecimento e baixa

A compra e a venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Fundo compromete sua compra ou venda. A baixa de ativos financeiros ocorre quando os direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros expiram ou quando os benefícios ou riscos da propriedade desses ativos são transferidos.

Quando os investimentos classificados como "disponíveis para venda" são vendidos, os ajustes a valor justo acumulados em "outros resultados abrangentes", são reclassificados na DRE como "ganhos ou perdas com investimentos".

(iv) Mensuração

No início da transação, o FONPLATA mede os ativos financeiros pelo valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros "disponíveis para venda" são posteriormente avaliados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os juros que venham a ser gerados dos ativos financeiros "disponíveis para venda", "mantidos até o vencimento" e empréstimos, apurados usando o método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na DRE como parte das receitas operacionais.

A Nota 6.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

No final de cada período de encerramento, o FONPLATA avalia a possibilidade de desvalorização em ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Essa desvalorização potencial em empréstimos é determinada com base na nota de classificação de risco individual dos países mutuários de acordo com metodologia adotada pela maioria dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A nota 6.4 apresenta uma explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para desvalorização em empréstimos.

No caso de investimentos, o FONPLATA reconhece a desvalorização apenas quando há evidência objetiva dele como resultado de um ou mais eventos que venham a ocorrer depois de seu reconhecimento inicial (evento de perda) e esse(s) evento(s) afetar(em) os fluxos de caixa futuros a serem produzidos e que possam ser determinados de maneira confiável.

- a. *Ativos financeiros mantidos pelo custo amortizado:* A provisão para possíveis perdas em empréstimos soberanos é mantida em nível considerado adequado pelo FONPLATA para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras. O montante das perdas por desvalorização é mensurado como a diferença entre o valor contábil e o valor determinado de acordo com a nota de classificação de risco individual dos países mutuários para sua dívida de longo prazo, que é determinada como a classificação mais baixa na data das demonstrações financeiras, de três agências de classificação de risco de crédito reconhecidas internacionalmente. Essas classificações incorporam uma probabilidade de inadimplência ("default"). Devido a sua condição de credor preferencial, e levando em conta os privilégios e imunidades outorgados ao FONPLATA por seus países-membros, que constam de seu Convênio Constitutivo e de outros acordos específicos assinados com os países, usa-se um fator que reflete menor probabilidade de inadimplência – geralmente equivalente a três níveis acima de sua nota de classificação de risco. Quando couber, o FONPLATA pode mensurar a desvalorização pelo valor justo, usando preços de mercado observáveis.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuírem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), as reversões das perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se com efeito na DRE.

- b. *Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda*: Se houver evidência objetiva de desvalorização dos “ativos disponíveis para venda”, as perdas acumuladas medidas como a diferença entre o custo de aquisição e seu valor justo, menos qualquer perda por desvalorização desses ativos financeiros são reclassificadas do patrimônio e reconhecidas no resultado da gestão.

Se o valor justo dos instrumentos de dívida classificados como “disponíveis para venda” aumentar em períodos posteriores e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que venha a ocorrer depois do reconhecimento das perdas por desvalorização na DRE, a perda por desvalorização é revertida com efeito na DRE.

(vi) Realização de receita

Os ganhos por juros são reconhecidos usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com desvalorização. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e eventos atuais mostram que há certa probabilidade de que o FONPLATA não consiga recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre perdas por desvalorização, o FONPLATA reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros original e revertido o efeito do desconto contra as receitas financeiras. Os ganhos por juros sobre empréstimos com perdas por desvalorização são reconhecidos usando a taxa de juros efetiva original.

2.9 Propriedades e equipamentos

Propriedades e equipamentos são contabilizados a custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são reconhecidos como ativo separado, apenas perante a probabilidade de existência de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos possam ser avaliados de forma confiável. Serão baixados os valores contábeis de quaisquer componentes contabilizados como itens separados quando eles forem substituídos. Os consertos e manutenções são reconhecidos na DRE durante o período no qual esses custos são incorridos.

Os aumentos nos valores contábeis decorrentes da reavaliação de propriedades são reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulados nas reservas dentro do patrimônio líquido. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido com efeito na DRE, o aumento posterior deve ser reconhecido também com efeito na DRE. As diminuições que revertam os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes na medida em que existam excedentes por reavaliações atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na DRE. A cada ano, as diferenças entre a depreciação apurada sobre os ativos reavaliados que são registradas na DRE e a depreciação apurada sobre os ativos no custo original são ajustadas reclassificando as reservas por reavaliação contra os resultados acumulados.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo FONPLATA são apresentados na Nota 7.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se couber, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na DRE. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Fundo transferir os montantes incluídos nas outras reservas para os resultados acumulados.

As obras em andamento incluem os custos de projetos de capital em processo de construção, bem como bens móveis adquiridos que são parte integral desses projetos. O montante total investido nesses bens é capitalizado e começa a ser amortizado no momento de sua conclusão, quando esses bens estão em condições de ser colocados em serviço. Os investimentos em obras em andamento são realizados com base nos certificados de avanço de obras.

2.10 Carteira de dívida

O FONPLATA contrai dívidas de médio e longo prazos com vistas a prover recursos financeiros necessários para financiar a porção dos empréstimos outorgados coberta pelo capital exigível comprometido pelos países-membros.

Os empréstimos são inicialmente contabilizados pelo valor justo, líquido, dos custos incorridos na transação. Posteriormente, estes passivos são avaliados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o reconhecimento inicial deste passivo e o valor efetivamente pago é reconhecida na DRE, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os títulos estão classificados como passivos de longo prazo pelo valor nominal e ajustados a seu valor presente líquido seja deduzindo o montante de descontos não amortizado ou adicionando o montante não amortizado de prêmios, usando a taxa de juros efetiva em vigor na data da emissão.

2.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos por bens e serviços fornecidos ao Fundo antes da data de encerramento, ainda a pagar. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos por investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. Estes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos quando os Fundos especiais solicitam dinheiro vivo ao FONPLATA. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.13 Outros benefícios a funcionários

Este benefício consiste em pagamento por encerramento da relação de trabalho, equivalente a um salário por ano de serviço efetivamente prestado ao Fundo, e apurado com base no último salário pago ao funcionário. Este benefício é reconhecido para todos os funcionários de acordo com as normas internas em vigor. Estima-se que o valor atual dos pagamentos futuros estimados por este benefício é próximo ao passivo acumulado pelo Fundo na data de encerramento.

2.14 Capital integralizado

O capital integralizado consiste nas contribuições em dinheiro efetivamente realizadas pelos países-membros do FONPLATA.

NOTA 3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade N° 34 de Informações Financeiras, que exige que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam nos montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece um panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam nas demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam na preparação das demonstrações financeiras do FONPLATA estão ligadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 6.3.
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 6.4.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do FONPLATA a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar no desempenho financeiro futuro do Fundo.

Risco	Origem da exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – Risco de moeda	Risco comercial de que as transações reconhecidas como ativos e passivos financeiros não estejam denominadas em dólares americanos (moeda funcional)	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as operações de empréstimos e investimentos e os passivos mais significativos das demonstrações financeiras foram acordados em dólares americanos.
Risco de mercado – Risco de taxa de juros	Risco de variações na taxa de juros utilizada pelo FONPLATA na concessão dos empréstimos e na contratação de endividamento.	Análise de sensibilidade.	O FONPLATA estabeleceu políticas para a determinação da taxa de juros sobre os empréstimos e dívidas com vistas a reduzir o risco de variação.
Risco de mercado	O FONPLATA não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos ao risco de preço.	Nenhuma.	O FONPLATA não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos ao risco de preço.

Risco	Origem da exposição	Mensuração	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalente de caixa, Investimentos disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento.	- Análise de duração - Análise do risco de crédito.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para os investimentos disponíveis para venda e os investimentos mantidos até o vencimento.
Risco de liquidez	Outros passivos e obrigações com fundos especiais	Orçamento de fluxo de caixa	Disponibilidade de recursos necessários para cuidar das obrigações.

O FONPLATA administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e de taxa de juros, os riscos operacionais, e os riscos estratégicos. O foco da gestão integral de riscos do FONPLATA é garantir que os riscos sejam mantidos nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras da Instituição e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. Quanto à gestão integral de riscos, ela está focada em evitar os riscos que vão além da tolerância de risco da Instituição e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Segundo as boas práticas internacionais para a gestão de riscos, o FONPLATA adotou a classificação dos riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency (OCC - Escritório de Controladoria da Moeda dos EUA)* e Basileia II.

4.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros e cerca de 99% de seus passivos estão denominados em dólares americanos, a moeda funcional da Instituição. Portanto, as demonstrações financeiras do FONPLATA não estão expostas a risco significativo perante potenciais variações nas taxas de câmbio.

4.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do FONPLATA tem um componente de spread fixo e um componente variável (LIBOR - 6 meses). O spread fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir o equilíbrio entre o acúmulo de capital de longo prazo de forma a garantir a autossustentabilidade do Fundo e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para os países beneficiários do Fundo. O FONPLATA aplica um modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados que responde a um horizonte de planejamento de médio e longo prazo. O modelo permite, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para cuidar de todos os fins estabelecidos pelas políticas financeiras do Fundo e realizar, oportunamente, os ajustamentos no spread fixo diante de mudanças significativas nos supostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pela Instituição para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de Gestão de Receitas e Encargos Financeiros o FONPLATA estabelece anualmente um spread fixo aplicável a novas operações de empréstimos durante o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional ou TRO). Em 2017 foi mantida a TRO aprovada para 2016.

O Presidente-Executivo está facultado para estabelecer taxas com spread fixos diferenciados para empréstimos com vencimentos inferiores a 15 anos, e foram aprovadas taxas operacionais diferenciais para incentivar os mutuários a tomar empréstimos com prazos menores.

Para o FONPLATA, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa Libor de 6 meses. O FONPLATA faz uma análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio líquido como resultado de mudanças na taxa Libor de 6 meses.

Com base no Orçamento de Despesas Administrativas e de Investimentos de Capital aprovado pela Assembleia de Governadores para 2018, a análise de sensibilidade foi feita considerando uma taxa LIBOR de 6 meses equivalente a 141,3 pontos base com variação positiva e negativa de 53 pontos base. Consequentemente, a análise apresenta uma taxa Libor de 6 meses máxima equivalente a 194,3 pontos base e mínima de 88,3 pontos base. De acordo com a análise realizada, se ocorrer a variação de 53 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar o diminuir em \$2.407, respectivamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TASA
DE JUROS
VARIAÇÃO DA TAXA LIBOR 6 MESES



4.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do FONPLATA em decorrência das mudanças nas condições do mercado. O FONPLATA administra os riscos de mercado, que impactam principalmente em suas carteiras de investimentos e empréstimos por meio de diversas medidas para garantir que a exposição a riscos permaneça dentro dos limites estabelecidos em suas políticas.

4.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital que relaciona o montante de empréstimos com o total do patrimônio líquido, assegura um hedge razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Atualmente, o FONPLATA outorga empréstimos apenas com garantia soberana, e conta com um regulamento que determina as ações referentes a atrasos e inadimplência nos pagamentos dos empréstimos, que também são descritos nos contratos de empréstimo.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes com seus diversos prazos de vencimento. Na data do encerramento da gestão, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos da Instituição era AA-, alinhada com os requisitos da política de investimentos. Constata-se, ainda, o cumprimento dos limites estabelecidos na política, tendo a carteira rendimento médio superior aos supostos que serviram como base para a determinação do resultado líquido do exercício 2017 e 2016, realizado como parte do exercício anual de programação financeira e orçamento, que faz parte da política de gestão das receitas e dos encargos financeiros.

4.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da Instituição para cumprir suas obrigações, sem incorrer em perdas inaceitáveis. A Instituição mantém o nível de liquidez mínimo requerido, definido em sua política de liquidez como o necessário para cuidar de todas as obrigações, pagamentos e desembolsos para um período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo não apresenta uma estrutura de obrigações que possam gerar riscos de liquidez de curto ou médio prazo. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo da Instituição totaliza \$35.827 (2016 - \$25.597), e o ativo líquido, incluindo o caixa, totaliza \$183.024, aproximadamente (2016 - \$210.970). A cobertura da liquidez quanto aos desembolsos brutos estimados era de 1.1 anos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

NOTA 5 - GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

5.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de que por comissão ou omissão exista uma falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O FONPLATA mantém organizadas, atualizadas e em funcionamento as políticas e práticas de administração de operações que previnem e preparam a Instituição perante os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações. O FONPLATA conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com padrões de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais, jurídicos aplicáveis de acordo com suas políticas e os imperantes no âmbito de seus países-membros.

5.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico - É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da Entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O FONPLATA tem um Plano Estratégico Institucional (PEI) aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua medição no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui um resumo das consecuições do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do FONPLATA resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Desta forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo de forma a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para a Instituição em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento - É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa na reputação da entidade. O FONPLATA é pessoa jurídica internacional que se rege por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. A Instituição conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável pela Conformidade, e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam de outra forma desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação - É o risco derivado de uma opinião pública negativa, que impacta na capacidade da organização para estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Da área de comunicações, a Instituição faz monitoração regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Fundo.

NOTA 6 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do FONPLATA, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pela Instituição.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional utilizado e as incertezas que afetam as estimativas.

A Instituição mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros ao valor justo com alterações em ORI</u> \$	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> \$	<u>Total</u> \$
2017				
Caixa e equivalente de caixa	6.1	-,-	34.092	34.092
Investimentos disponíveis para venda	6.2	11.679	-,-	11.679
Investimentos mantidos até o vencimento	6.3	-,-	137.700	137.700
Carteira de Empréstimos	6.4	-,-	662.827	662.827
Total		<u>11.679</u>	<u>834.619</u>	<u>846.298</u>
2016				
Caixa e equivalente de caixa	6.1	-,-	31.038	31.038
Investimentos disponíveis para venda	6.2	12.193	-,-	12.193
Investimentos mantidos até o vencimento	6.3	-,-	168.289	168.289
Carteira de Empréstimos	6.4	-,-	543.524	543.524
Total		<u>12.193</u>	<u>742.851</u>	<u>755.044</u>

A Instituição mantém os seguintes instrumentos financeiros passivos:

	Nota	Passivos financeiros a custo amortizado \$	Total \$
2017			
Outros passivos		912	912
Carteira de dívida	6.5	26.000	26.000
Fundos especiais	6.6	8.222	8.222
Total		35.134	35.134
2016			
Outros passivos		204	204
Carteira de dívida	6.5	16.000	16.000
Fundos especiais	6.6	8.816	8.816
Total		25.020	25.020

A exposição da Instituição aos diferentes riscos associados aos instrumentos financeiros é apresentada na Nota 4. A máxima exposição ao risco de crédito no final da gestão corresponde aos montantes contábeis para cada um dos ativos financeiros suprarreferidos.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	31 de dezembro de	
	2017 \$	2016 \$
Caixa em bancos	24.092	12.320
Depósitos a prazo fixo	10.000	10.992
Títulos	-	7.726
Total	34.092	31.038

(i) Classificação de equivalente de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalente de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 2.6 consta a política com relação a caixa e equivalente de caixa.

6.2. Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem à posse dos títulos emitidos por órgãos multilaterais de desenvolvimento, consistentes em:

	31 de dezembro de	
	2017 \$	2016 \$
Títulos de órgãos multilaterais de desenvolvimento	11.679	12.193
Total	11.679	12.193

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não mantém investimentos disponíveis para venda com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos são classificados como ativos financeiros “disponíveis para venda” quando: i) os investimentos não têm data fixa de vencimento, ii) os investimentos não têm montante fixo ou determinável de pagamento, e iii) a gerência tem a intenção de manter esses investimentos no médio e longo prazo. Os ativos financeiros que não podem ser classificados nas outras categorias de instrumentos financeiros (valor justo por meio do resultado, empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento) também são incluídos na categoria “disponíveis para venda”.

Tal como é explicado na Nota 11, os ativos financeiros são apresentados como ativos não circulantes, com exceção dos que têm vencimento ou dos que a gerência tenha intenção de vender dentro dos 12 meses posteriores ao encerramento da gestão.

(iii) Indicadores de desvalorização para os investimentos disponíveis para venda

Considera-se que um investimento deve sofrer desvalorização quando há redução significativa e prolongada do valor justo por baixo do custo. Vide Nota 2.8 para mais detalhes a respeito das políticas de perdas por desvalorização dos ativos financeiros.

(iv) Montantes reconhecidos nos outros resultados abrangentes

Durante a gestão, a Instituição reconheceu ganho de \$42 na conta de resultados abrangentes (2016 – perda de \$3)

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

As informações sobre os métodos e julgamentos usados na determinação do valor justo constam da Nota 6.7. Não há investimentos disponíveis para venda vencidos ou com desvalorização.

Todos os investimentos disponíveis para venda foram e permanecem denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

6.3 Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Investimentos em depósitos a prazo fixo ⁽²⁾		
Órgãos multilaterais de desenvolvimento	17.686	13.438
Subtotal	<u>17.686</u>	<u>13.438</u>

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
<u>Investimentos em outros valores</u> ⁽²⁾		
Títulos soberanos	78.110	96.403
Títulos de órgãos multilaterais de desenvolvimento	18.070	30.697
Títulos do setor financeiro	18.899	23.211
Títulos do Tesouro da República Argentina ⁽³⁾	4.488	3.990
Subtotal	<u>119.567</u>	<u>154.301</u>
Capital investido	137.253	167.739
Juros e comissões acumulados a receber	447	550
Total	<u>137.700</u>	<u>168.289</u>

- (1) Os investimentos são depósitos a prazo, cujo prazo original é superior a três meses.
- (2) Os investimentos incluem títulos soberanos de órgãos multilaterais de desenvolvimento, e de outras instituições financeiras cujos títulos comerciais encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do FONPLATA.
- (3) Corresponde a investimento em Títulos do Tesouro da República Argentina ao "PAR" e "DISCOUNT", recebidos como parte do programa de troca de dívida sobre a posse do título "BONTE - 04", em 2005.

(i) Classificação de investimentos mantidos até o vencimento

A Instituição classifica os investimentos como mantidos até o vencimento quando:

- Os ativos financeiros não são derivados.
- Os investimentos não estão cotados em mercado ativo.
- Os investimentos têm pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos.
- A Instituição tem a intenção e a capacidade de manter estes investimentos até o vencimento.

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

Os Títulos do Tesouro da República Argentina, que em 31 de dezembro de 2017 equivalem a \$4.488 (2016 - \$3.990), correspondem a títulos Argentinos "PAR" e "DISCOUNT," recebidos como parte do programa de troca de dívida sobre a posse do título "BONTE - 04," em 2005. O vencimento dos títulos recebidos é entre 2033 e 2038. A desvalorização destes títulos é ajustada em função do valor justo fornecido pela Bloomberg. A desvalorização contabilizada em 31 de dezembro de 2017 é de \$1.359 (2016 - \$1.833) e a variação no valor da perda por desvalorização correspondente à gestão 2017 reflete uma recuperação de seu valor de mercado que equivale a \$473 (2016 - \$665).

Todos os investimentos mantidos até o vencimento foram adquiridos em dólares americanos. Portanto, não há exposição ao risco de moeda. Além disso, não há risco significativo ligado ao risco de preço, tendo em vista que: i) a qualidade dos investimentos (qualidade creditícia do emissor); ii) o vencimento dos investimentos, em sua maioria, é inferior a 12 meses; iii) o rendimento dos investimentos está sujeito a uma taxa variável.

6.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país-membro é a seguinte:

País	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Argentina	114.395	80.225
Bolívia	169.188	141.711
Brasil	73.437	83.155
Paraguai	121.579	99.896
Uruguai	183.368	138.757
	<i>Subtotal carteira de empréstimos bruta</i>	<i>543.754</i>
Menos: Taxas de administração a creditar	(1.995)	(1.210)
	<i>Subtotal carteira de empréstimos</i>	<i>542.544</i>
Menos: Provisão para possíveis perdas em empréstimos	(2.885)	(3.027)
	<i>Carteira de empréstimos líquida</i>	<i>539.517</i>

Os juros acumulados a receber relativos a empréstimos equivalem a \$5.740 e \$4.007, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Até um ano	58.505	5.315
Um a dois anos	71.866	7.717
Dois a três anos	61.719	46.322
Três a quatro anos	48.798	16.193
Quatro a cinco anos	50.502	--
Mais de cinco anos	370.577	468.207
	<i>Total carteira de empréstimos bruta</i>	<i>543.754</i>

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A totalidade da carteira de empréstimos consta de montantes a receber dos países-membros da Bacia do Prata por financiamentos outorgados com garantia soberana. Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e termos respectivos, não constituem instrumentos financeiros derivativos. As cobranças ou amortizações dos empréstimos são fixas ou determináveis e não são negociadas em mercado ativo. Tal como é explicado na Nota 11, as amortizações dos empréstimos a receber nos 12 meses seguintes são classificadas como circulantes, caso contrário, como não circulantes. Na Nota 2.7 são descritas as políticas contábeis utilizadas para a contabilização da carteira de empréstimos e na Nota 2.8 para o reconhecimento das perdas por desvalorização.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses ativos são próximos do valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

A provisão para possíveis perdas em empréstimos é mantida em nível considerado adequado pelo FONPLATA para absorver as eventuais perdas inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

A provisão para possíveis perdas em empréstimos soberanos é estabelecida com base na nota de classificação de risco individual dos países mutuários para sua dívida de longo prazo, que é determinada como a classificação mais baixa na data das demonstrações financeiras, de três agências de classificação de risco de crédito reconhecidas internacionalmente. Essas classificações incorporam uma probabilidade de inadimplência ("default"). Devido a sua condição de credor preferencial, e levando em conta os privilégios e imunidades outorgados ao FONPLATA por seus países-membros, que constam de seu Convênio Constitutivo e de outros acordos específicos assinados com os países, usa-se um fator que reflete menor probabilidade de inadimplência – geralmente equivalente a três níveis acima de sua nota de classificação de risco.

A acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em situação de não acumulação são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Essa condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou comissões devidas pelo mutuário seja saldada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O FONPLATA não teve nem tem atualmente empréstimos em estado de não acumulação de renda. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o FONPLATA constitui uma provisão para refletir a potencial falta de controle de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o FONPLATA mantém políticas de exposição de riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações do mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o FONPLATA usa determinados parâmetros de mensuração, quais sejam: o patrimônio líquido do Fundo e o total da carteira de empréstimos. O FONPLATA faz revisão semestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar possíveis reduções ao valor recuperável que possam afetar sua capacidade de cobrança total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas na Nota 4.

6.5 Carteira de dívida

O saldo mantido pelo FONPLATA por dívidas assumidas para financiar os desembolsos de sua carteira de empréstimos é o seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Certificados de depósitos a prazo fixo	10.000	-
Corporação Andina de Fomento	16.000	16.000
Total	<u>26.000</u>	<u>16.000</u>

De acordo com a estrutura de capital aprovada como parte do segundo aumento de capital, aproximadamente 45% dos recursos que formam a capacidade de empréstimo estão associados ao capital exigível. Por isso, é preciso suplementar a liquidez disponível para empréstimos com recursos a serem cobertos por financiamento externo. Para isso, o FONPLATA desenhou sua estratégia de endividamento e de programação financeira, de

forma a diversificar as fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

Dentro do Convênio Marco em vigor com a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujo acordo foi assinado em 14 de novembro de 2016, e por meio do qual é implementada a linha de crédito não comprometida por até \$75 milhões. Com data 19 de dezembro de 2016, o FONPLATA recebeu \$16 milhões da CAF, alocando esses recursos ao financiamento de desembolsos de empréstimos. Os termos acordados para este financiamento estão baseados na taxa LIBOR de 6 meses e spread. O prazo de vencimento do empréstimo é de 5 anos, com os dois primeiros como período de carência. O principal é pagável em 6 parcelas semestrais iguais e consecutivas de amortização, que incluem os juros respectivos, começando em 19 de junho de 2019 e concluindo em 16 de dezembro de 2021.

Com data 1º de dezembro de 2017, o FONPLATA assinou um acordo de financiamento por \$100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O empréstimo está baseado na taxa LIBOR de 3 meses e prevê um prazo de desembolso de 5 anos, um período de carência de 5 ½ anos e um período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até \$20 milhões com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, não foi desembolsada nenhuma quantia contra o financiamento aprovado.

Além disso, o FONPLATA acordou com os Bancos Centrais de seus países-membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares americanos a prazo médio. Em fevereiro de 2017 ocorreu a primeira operação deste tipo com o Banco Central da Bolívia no montante de \$10 milhões.

A dívida classificada por data de vencimento é a seguinte:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de	
	2017	2016
Até um ano	10.000	--
Um a dois anos	5.333	--
Dois a três anos	5.333	5.333
Três a quatro anos	5.334	5.333
Quatro a cinco anos	--	5.334
Mais de cinco anos	--	--
Total	26.000	16.000

(i) Valor justo dos empréstimos recebidos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses passivos são próximos do valor contabilizado.

(ii) Exposição ao risco

As informações sobre a exposição ao risco decorrente dos empréstimos obtidos são apresentadas na Nota 5.

6.6 Fundos especiais

O saldo que o FONPLATA mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 inclui os seguintes itens:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	§	§
FOCOM:		
Investimentos administrados pelo FONPLATA	5.232	5.457
Retorno sobre investimentos a pagar	44	36
Saldo em subconta Banco do Brasil	103	81
<i>Subtotal FOCOM</i>	<u>5.379</u>	<u>5.574</u>
PCT:		
Investimentos administrados pelo FONPLATA	2.641	3.039
Retorno sobre investimentos a pagar	23	20
Saldo em subconta Banco do Brasil	179	204
Despesas cooperação técnica pagas pelo FONPLATA	-	(21)
<i>Subtotal PCT</i>	<u>2.843</u>	<u>3.242</u>
	<u>8.222</u>	<u>8.816</u>

A Assembleia de Governadores do FONPLATA pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas, separadas e independentes da Instituição e cujo controle é exercido pelos países-membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo FONPLATA.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de uma parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. Em 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- a. **Fundo de compensação da taxa de operações ou spread fixo (FOCOM):** O objetivo deste fundo é contribuir para reduzir o custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos pela Bolívia, pelo Paraguai e pelo Uruguai junto ao FONPLATA, por meio do pagamento de parte dos juros a serem pagos semestralmente pelos mutuários dos três países-membros. O pagamento do benefício outorgado pelo FOCOM é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos mutuários. Em maio de 2014, a Assembleia de Governadores alocou a este fundo o valor de \$5.510 dos resultados acumulados não alocados em 31 de dezembro de 2013. Durante 2017 e 2016, a Assembleia de Governadores não alocou fundos adicionais ao FOCOM.

O FOCOM é administrado pelo FONPLATA de forma independente e seus recursos são investidos de acordo com as normas de investimento de ativos líquidos do Fundo.

- b. **Programa de Cooperação Técnica (PCT):** Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do "Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional" (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional - foco estratégico do FONPLATA - por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Durante 2017 e 2016, a Assembleia de Governadores não alocou fundos adicionais ao PCT.

O PCT é administrado pelo FONPLATA de forma independente e seus recursos são investidos de acordo com as normas de investimento de ativos líquidos do Fundo.

Para otimizar o retorno destes fundos e de acordo com seus respectivos regulamentos operacionais, os investimentos são geridos pelo FONPLATA junto com seus investimentos.

As receitas acumuladas atribuíveis a cada um destes fundos são apuradas com base na proporção entre os ativos de cada fundo que possam ser investidos e o montante da carteira de investimentos gerida pelo FONPLATA, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício.

O total de investimentos administrados pelo FONPLATA por conta e ordem de cada fundo, bem como as receitas acumuladas, é gerido por meio de contas relativas mantidas com cada um dos fundos especiais.

6.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo nas demonstrações financeiras. A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nota	Nível 1 \$
2017		
Investimentos disponíveis para venda	6.2	<u>11.679</u>
2016		
Investimentos disponíveis para venda	6.2	<u>12.193</u>

Durante a gestão não houve instrumentos financeiros mensurados a seu valor justo em base regular para os quais o FONPLATA tenha tido que usar as metodologias aconselhadas nos níveis 2 e 3. Se houver alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do FONPLATA reconhecer o impacto dessas alterações.

- *Nível 1:* O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como os investimentos disponíveis para venda) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final da gestão. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pela Instituição é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- *Nível 2:* O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. A Instituição não tem instrumentos financeiros nesta categoria.
- *Nível 3:* Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou relevantes para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. A Instituição não tem instrumentos financeiros nesta categoria.

NOTA 7 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros da Instituição, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis utilizadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo os julgamentos profissionais utilizados e as incertezas das estimativas aplicadas.

7.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamento inclui os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u>	<u>Móveis e</u>	<u>Obras de</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
	<u>₺</u>	<u>₺</u>	<u>₺</u>	<u>₺</u>	<u>₺</u>
Valor de origem					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.860	739	8	49	2.656
Adições	--	168	--	--	168
Baixas	--	(64)	--	--	(64)
Obras em andamento	240	501	--	--	741
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.100	1.344	8	49	3.501
Adições	1.813	161	37	--	2.011
Baixas	--	(6)	--	--	(6)
Obras em andamento	--	194	--	--	194
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.913	1.693	45	49	5.700
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	--	256	--	23	279
Depreciação do exercício	--	88	--	2	90
Baixas	--	(59)	--	--	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	--	285	--	25	310
Depreciação do exercício	82	147	--	5	234
Baixas	--	(5)	--	--	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	82	427	--	30	539
Valor líquido resultante 2017	3.831	1.266	45	19	5.161
Valor líquido resultante 2016	2.100	1.059	8	24	3.191

Em 2013, os Diretores-Executivos do FONPLATA recomendaram à Assembleia de Governadores a aprovação de orçamento de capital para a compra de imóvel próprio para a sede principal do Fundo, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia. O orçamento de capital e suas alterações aprovadas pela Assembleia de Governadores entre 2013 e 2017 totalizou \$5.136, abrangendo a compra 5 ½ andares no Edifício Embaixador, localizado na Av. San Martín 155 da cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, bem como o custo das instalações elétricas, comunicações, separação de escritórios, acabamento e adequação das áreas internas, tratamento de vidros e móveis.

Em 1º de março de 2017, em decorrência da entrega provisória acordada com a empresa construtora, o FONPLATA começou a funcionar em sua nova sede.

Do total orçado para a compra do prédio, até hoje foram investidos \$4.935, restando ainda a compra de obras de arte pelo valor de \$100 e \$101,5 para a readequação de espaços com relação a expansão do quadro de pessoal aprovada como parte do Documento de Programas e Orçamento para 2018 – 2020.

Além disso, o orçamento de capital e suas sucessivas alterações suplementares incluíram \$514.7 para a renovação de infraestrutura básica de processamento de dados, equipamento de segurança, comunicações, equipamento de computação, e integração de dados por meio de um banco de dados.

(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

Os ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos
Equipamento e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamento	8 a 10 anos
Equipamento de computação e aplicativos	4 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 2.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

7.2 – Diversos

Neste item são incluídos saldos menores a favor do FONPLATA como adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, depósito de segurança para o aluguel dos edifícios ocupados pela sede principal do FONPLATA em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, e dos escritórios ocupados em Assunção, Paraguai.

A composição de outros ativos inclui os seguintes itens:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	\$	\$
Despesas a serem informadas	5	4
Adiantamentos a provedores	19	55
Despesas pagas antecipadamente	57	74
Contas a receber	26	203
Ações CODETEL	33	33
Depósitos de segurança	3	11
Total	143	380

7.3 – Provisões de longo prazo

Inclui todos os saldos a pagar no que diz respeito à provisão para indenização por término dos serviços. O saldo destes benefícios em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de \$692 e \$577, respectivamente.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital integralizado

Com data 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de \$1.375.000, passando o capital de \$1.639.200 para \$3.014.200. Com data 1º de novembro e 11 de outubro de 2016, o Uruguai e a Bolívia subscreveram a totalidade de sua participação no novo aumento de capital e comprometeram a totalidade do capital exigível.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países-membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro por \$550.000 e do compromisso da totalidade do capital exigível por \$825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, o total do capital a ser pago em dinheiro será de \$1.349.200 e o capital exigível, em 31 de dezembro de 2017, é de \$1.665.000. O pagamento do capital exigível subscrito será realizado quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores do Fundo, quando for necessário para cuidar das obrigações financeiras do FONPLATA, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

A composição do capital do FONPLATA por país-membro em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, é a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2017:

País- -membro ¹	Capital subscrito		A subscrever		Capital autorizado		Total	%
	Em dinheiro	Exigível	Em dinheiro	Exigível	Em dinheiro	Exigível		
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
• Argentina	449.744	555.014	--	--	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	--	--	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Em 31 de dezembro de 2016:

País- -membro ¹	Capital subscrito		A subscrever		Capital autorizado		Total	%
	Em dinheiro	Exigível	Em dinheiro	Exigível	Em dinheiro	Exigível		
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
• Argentina	266.410	280.014	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	266.410	280.013	183.333	275.000	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	88.793	93.324	51.111	91.667	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.991	--	--	149.904	184.991	334.895	11,1%
	<u>921.422</u>	<u>1.023.333</u>	<u>427.778</u>	<u>641.667</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

A seguir é apresentado o montante de capital a ser pago em dinheiro, subscrito e ainda não subscrito, incluindo o novo aumento de capital, bem como o capital exigível subscrito, comprometido e ainda não comprometido em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017:

País-membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ¹
	Integralizado ¹	A integralizar ¹	
	\$	\$	
• Argentina	243.077	206.667	449.744
• Bolívia	81.015	68.889	149.904
• Brasil	219.744	230.000	449.744
• Paraguai	81.015	68.889	149.904
• Uruguai	81.015	68.889	149.904
Total	705.866	643.334	1.349.200

Em 31 de dezembro de 2016:

País-membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ¹
	Integralizado ¹	A integralizar ¹	
	\$	\$	
Argentina	219.744	46.667	266.410
Bolívia	73.238	76.667	149.904
Brasil	203.827	62.583	266.410
Paraguai	73.238	15.556	88.793
Uruguai	73.238	76.667	149.904
Total	643.283	278.139	921.422

Em 31 de dezembro de 2017:

País-membro	Capital Subscrito Exigível		Total ¹
	Comprometido ¹	A Comprometer ¹	
	\$	\$	
Argentina	501.678	53.336	555.014
Bolívia	167.215	17.775	184.990
Brasil	555.014	--	555.014
Paraguai	184.991	--	184.991
Uruguai	184.991	--	184.991
Total	1.593.889	71.111	1.665.000

Em 31 de dezembro de 2016:

País-membro	Capital Subscrito Exigível		Total ¹
	Comprometido ¹	A Comprometer ¹	
	\$	\$	
Argentina	173.342	106.672	280.014
Bolívia	149.439	35.552	184.991
Brasil	280.014	--	280.014
Paraguai	93.324	--	93.324
Uruguai	184.991	--	184.991
Total	881.109	142.224	1.023.333

¹ Devido a arredondamento em milhares de dólares americanos, os montantes parciais não concordam com o total.

8.2. Outras reservas

O saldo de \$37 de ganhos apresentado em “Reserva para alterações no valor de investimentos disponíveis para venda” em 31 de dezembro de 2017, corresponde às variações acumuladas no valor de mercado sobre instrumentos disponíveis para venda (2016 - \$5 de perdas acumuladas).

8.3. Lucros acumulados e reservas

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017 são de \$20.131 e correspondem exclusivamente ao resultado do exercício (2016 – \$14.761).

As Políticas Financeiras do FONPLATA preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para financiar a preservação do valor do patrimônio no tempo e para financiar o Fundo de Compensação da Taxa de Operações (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT).

A Assembleia de Governadores do dia 15 de junho de 2017 alocou para a Reserva Geral a totalidade dos Resultados Acumulados não Alocados no montante de \$14.761 (Resolução A.G. 161/2017).

A Assembleia de Governadores do dia 27 de setembro de 2017 alocou para a Reserva Geral a totalidade dos Resultados Acumulados não Alocados nessa data de \$9.325 (Resolução A.G. 156/2016).

O saldo mantido na Reserva Geral em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, é o seguinte:

	<u>Reserva Geral</u> \$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	74.979
Distribuição Assembleia de Governadores 2017:	
Resultado do exercício	14.761
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>89.740</u>

NOTA 9 – RECEITA

A composição das receitas financeiras é a seguinte:

	<u>2017</u> \$	<u>2016</u> \$
Carteira de Empréstimos		
Juros	21.407	15.554
Comissões de compromisso	2.263	1.986
Comissões de administração	1.109	1.396
Outros	273	-
Subtotal	<u>25.052</u>	<u>18.936</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
Investimentos		
Juros	2.246	1.318
Outros	117	44
Subtotal	<u>2.363</u>	<u>1.362</u>
Outras receitas	89	180
Receitas financeiras	<u>27.504</u>	<u>20.478</u>

NOTA 10 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o FONPLATA adotou um sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos requeridos para elas. Durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o FONPLATA atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 95% e 88%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
<u>Classificação da despesa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	\$	\$
Despesas de pessoal	4.720	4.080
Despesas de serviços	507	573
Serviços profissionais	454	450
Classificação de risco de crédito	129	132
Audidores externos	57	28
Despesas de administração	1.051	834
Despesas financeiras	134	94
<i>Total das despesas administrativas</i>	<u>7.052</u>	<u>6.191</u>
Depreciação	234	91
Ganhos em variações provisões para títulos da Argentina	(473)	(667)
Diferenças cambiais	(15)	(27)
Perda por baixa de imobilizado de uso	1	5
<i>Total de despesas administrativas</i>	<u>6.799</u>	<u>5.593</u>

NOTA 11 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os quadros abaixo apresentam uma análise dos ativos e passivos em função do momento no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente:

	<u>Circulantes</u> <u>(Até 1 ano)</u>	<u>Não</u> <u>circulantes</u> <u>(Mais de 1</u> <u>ano)</u>	<u>Total</u>
	\$	\$	\$
Em 31 de dezembro de 2017			
ATIVOS			
Caixa e depósitos em bancos	34.092	--	34.092
Investimentos			
Disponíveis para venda	11.679	--	11.679
Mantidos até o vencimento	132.765	4.488	137.253
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	58.505	598.582	657.087
Juros e outros encargos acumulados			
Sobre investimentos	447	--	447
Juros e comissões sobre empréstimos	5.740	--	5.740
Outros ativos			
Propriedades e equipamentos, líquido	--	5.161	5.161
Diversos	110	33	143
Total de ativos	<u>243.338</u>	<u>608.264</u>	<u>851.602</u>
PASSIVOS			
Empréstimos	10.000	16.000	26.000
Outros passivos	912	--	912
Fundos especiais	8.222	--	8.222
Provisões	--	693	693
Total de passivos	<u>19.134</u>	<u>16.693</u>	<u>35.827</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
ATIVOS			
Caixa e depósitos em bancos	31.038	--	31.038
Investimentos			
Disponíveis para venda	12.193	--	12.193
Mantidos até o vencimento	161.425	6.314	167.739
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	4.489	535.028	539.517
Juros e outros encargos acumulados			
Sobre investimentos	550	--	550
Juros e comissões sobre empréstimos	4.007	--	4.007
Outros ativos			
Propriedades e equipamentos, líquido	--	3.191	3.191
Diversos	348	32	380
Total de ativos	<u>214.050</u>	<u>544.565</u>	<u>758.615</u>
PASSIVOS			
Empréstimos	--	16.000	16.000
Outros passivos	204	--	204
Fundos especiais	8.816	--	8.816
Provisões de longo prazo	--	577	577
Total de passivos	<u>9.020</u>	<u>16.577</u>	<u>25.597</u>

NOTA 12 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países-Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países-membros, o FONPLATA pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

Igualmente, o referido Acordo determina que o FONPLATA e seus bens estão isentos no território dos países-membros de todo imposto direto e de direitos aduaneiros no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda e de outros impostos indiretos. No entanto, os países-membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para seu uso oficial, compras importantes em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto do Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quando dos Convênios de Sede assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, surge que as propriedades do FONPLATA, bens e ativos estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, departamentais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 13 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS**(a) Descrição do segmento**

O FONPLATA, com base em uma análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para a receita líquida do Fundo. O FONPLATA não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países-membros. Todas as operações desenvolvidas pela Instituição são realizadas pela administração central e não mantém atividades operacionais em outras áreas geográficas. As operações realizadas pelo FONPLATA consistem em outorgar financiamento aos seguintes países que formam a Bacia do Prata, que serão considerados como segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta</u>	<u>Comissões a creditar</u>	<u>Perdas por desvalorização</u>	<u>Carteira de Empréstimos</u>	<u>Juros e comissões a receber</u>	<u>Total</u>
	₺	₺	₺	₺	₺	₺
Em 31 de dezembro de 2017:						
Argentina	114.395	(722)	(1.140)	112.533	1.489	114.022
Bolívia	169.188	(4)	(772)	168.412	1.822	170.233
Brasil	73.437	(259)	(335)	72.843	730	73.573
Paraguai	121.579	(546)	(348)	120.685	813	121.498
Uruguai	183.368	(464)	(290)	182.614	886	183.501
Total	<u>661.967</u>	<u>(1.995)</u>	<u>(2.885)</u>	<u>657.087</u>	<u>5.740</u>	<u>662.827</u>

	<u>Carteira bruta</u>	<u>Comissões a creditar</u>	<u>Perdas por desvalorização</u>	<u>Carteira de Empréstimos</u>	<u>Juros e comissões a receber</u>	<u>Total</u>
	₹	₹	₹	₹	₹	₹
Em 31 de dezembro de 2016:						
Argentina	80.225	(446)	(1.352)	78.427	1.105	79.532
Bolívia	141.711	(275)	(828)	140.608	1.214	141.822
Brasil	83.155	--	(283)	82.872	871	83.743
Paraguai	99.896	(111)	(340)	99.445	513	99.958
Uruguai	138.767	(378)	(224)	138.165	304	138.469
Total	<u>543.754</u>	<u>(1.210)</u>	<u>(3.027)</u>	<u>539.517</u>	<u>4.007</u>	<u>543.524</u>

A composição da carteira de empréstimos bruta por país e sua distribuição por segmento da indústria é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u>	<u>Total</u>
	₹	₹	₹	₹
Em 31 de dezembro de 2017:				
Argentina	38.637	30.284	45.474	114.395
Bolívia	155.788	--	13.400	169.188
Brasil	26.685	--	46.752	73.437
Paraguai	115.483	6.096	--	121.579
Uruguai	180.155	--	3.213	183.368
Total	<u>516.748</u>	<u>36.380</u>	<u>108.839</u>	<u>661.967</u>

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u>	<u>Total</u>
	₹	₹	₹	₹
Em 31 de dezembro de 2016:				
Argentina	24.769	7.815	47.641	80.225
Bolívia	128.704	--	13.007	141.711
Brasil	30.678	--	52.477	83.155
Paraguai	99.896	--	--	99.896
Uruguai	138.767	--	--	138.767
Total	<u>422.814</u>	<u>7.815</u>	<u>113.125</u>	<u>543.754</u>

Além disso, o saldo ainda não desembolsado em empréstimos em execução e sua distribuição por país é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
	₺	₺
Argentina	256.286	127.984
Bolívia	180.451	178.689
Brasil	35.373	--
Paraguai	64.414	139.671
Uruguai	45.435	94.903
Total	581.959	541.247

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de			
	2017		2016	
	Montante	Rendimento	Montante	Rendimento
	₺	médio %	₺	médio %
Carteira de Empréstimos	602.861	4,16%	497.904	3,80%

(c) Receitas por segmentos

As receitas por juros e outras receitas são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	₺	₺	₺
Em 31 de dezembro de 2017:			
Argentina	3.591	1.146	4.737
Bolívia	5.511	917	6.428
Brasil	3.184	173	3.357
Paraguai	3.491	766	4.257
Uruguai	5.630	643	6.273
Total	21.407	3.645	25.052

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	₺	₺	₺
Em 31 de dezembro de 2016:			
Argentina	2.524	549	3.073
Bolívia	3.637	791	4.428
Brasil	2.828	615	3.443
Paraguai	2.849	620	3.469
Uruguai	3.715	808	4.523
Total	15.553	3.383	18.936

NOTA 14 – ENTIDADES RELACIONADAS

Como é assinalado nas Notas 1 e 6.4, o FONPLATA outorga financiamento apenas a seus cinco países mutuários, que, por sua vez, são os donos e acionistas do Fundo. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o FONPLATA não realiza transações com seus países-membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

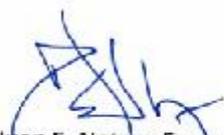
Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e a Conta Especial para Benefícios de Encerramento, como é explicado em maior profundidade nas notas 2.12 e 6.6, e notas 2.13 e 7.3, respectivamente.

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar materialmente as Demonstrações Financeiras do FONPLATA em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

NOTA 16 – FATOS POSTERIORES

O Fundo avaliou a existência de fatos posteriores ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2017 e até 9 de fevereiro de 2017. Não foram identificados eventos subsequentes materiais, que exijam ajustamento da posição financeira e dos resultados das operações ou exposição nas notas dessas demonstrações em 31 de dezembro de 2017.



Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE-EXECUTIVO



Geronimo Frigerio
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA



Jaqueline Koehnke Ferrutino
CHEFE DA ÁREA CONTÁBIL



Patrício E. Merlani
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Anexo III



Alianças Estratégicas



econômicas, sociais e culturais, bem como projetos de infraestrutura de conectividade, de integração regional em turismo, de desenvolvimento de cidades fronteiriças, de desenvolvimento institucional e de governança, dentre outros.

Da mesma forma, está sendo negociado um empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para cofinanciar projetos de mitigação e adaptação à mudança do clima e mais um financiamento com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), para canalizar investimentos para projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa.

No contexto de seu Plano Estratégico Institucional e no que diz respeito às alianças estratégicas com órgãos multilaterais e agências de desenvolvimento, o FONPLATA fortaleceu as existentes e também estabeleceu novas em busca de complementaridade e sinergias com suas atividades.

No final de 2017 foi consolidado um empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que complementará nossa carteira de empréstimos voltada para promover a integração e o desenvolvimento de regiões fronteiriças além de fomentar o turismo no Corredor das Missões Jesuíticas.

Para tanto, serão financiados investimentos multissetoriais de alto impacto e valor local, que permitirão potencializar oportunidades

Cabe destacar que estas operações de empréstimos são acompanhadas por recursos de cooperação técnica que permitirão o fortalecimento institucional do FONPLATA, bem como dos Órgãos Executores dos projetos financiados.

O FONPLATA assinou, ainda, um Memorando de Entendimento com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, para coordenar o desenvolvimento de atividades em áreas de interesse mútuo.

Por último, o FONPLATA criou a Unidade Coordenadora de Alianças Estratégicas, que funcionará como elo entre o FONPLATA e os bancos, órgãos multilaterais e organizações de desenvolvimento com os quais estabeleceu ou irá estabelecer acordos no futuro.

Apoio a Iniciativas

No que diz respeito a sua política de relacionamento com a comunidade na cidade de Santa Cruz de la Sierra, com o departamento e com o país sede, o FONPLATA apoia várias atividades ao longo do ano, principalmente ligadas aos setores cultural e esportivo. Ao longo de 2017, o FONPLATA patrocinou as seguintes atividades:

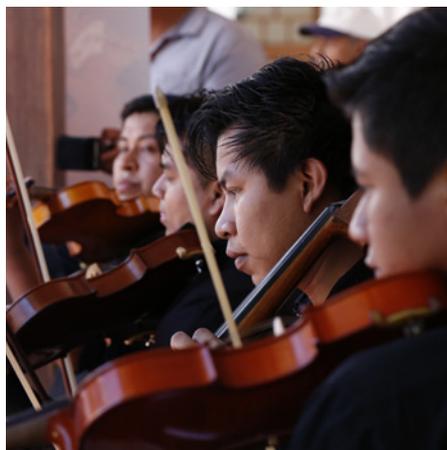
“Gente com Voz”

No âmbito do Festival Internacional de Cinema, FENAVID, foi criada a convocação “Gente com Voz” para que jovens compositores dos cinco países da Bacia do Prata encaminhassem suas composições sobre “integração e união entre os povos”. Os intérpretes das dez melhores composições viajaram a Santa Cruz de la Sierra para gravar videoclipes de suas músicas com estudantes universitários de produção cinematográfica e cineastas profissionais.



Copa FONPLATA de Futebol Feminino Sub 17

Esta iniciativa conjunta de nosso Presidente-Executivo, Juan Notaro, e do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, teve o objetivo de promover a integração de diversas regiões do país, bem como de dar maior visibilidade à prática do esporte feminino, especialmente entre as jovens. O torneio, que durou uma semana, foi organizado junto com o Ministério do Esporte e atraiu seis times de diferentes regiões da Bolívia.



Festival Internacional de Teatro

Mais uma vez, em 2017, o FONPLATA foi um dos patrocinadores do Festival Internacional de Teatro, organizado pela APAC, visando promover a arte e a cultura como mecanismos de união e irmandade entre os povos. Participaram do evento 32 elencos



de nove países com 52 apresentações em Santa Cruz de la Sierra, Samaipata e Tarija. No total, participaram mais de 200 artistas em sete salas convencionais e em dez espaços ao ar livre.

Encontro Internacional de Prefeitos e Governadores das Missões Jesuíticas

Organizado pelo governo do Departamento de Santa Cruz, o evento reuniu prefeitos e governadores da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, bem como representantes de órgãos de cooperação internacional que trabalham no corredor das Missões Jesuíticas. O intuito do encontro, realizado pela segunda vez este ano, é coordenar esforços e políticas para posicionar o corredor como polo de turismo e de integração entre as cinco nações.

Dia Mundial das Empreendedoras (WED)

O FONPLATA abriu suas portas para a celebração deste evento global que procura incentivar uma rede de mulheres líderes, inovadoras e empreendedoras para iniciar novas empresas, impulsionar a expansão econômica e promover comunidades em todo o mundo.

Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa

O Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa é formado por funcionários do FONPLATA que colaboram com tarefas de arrecadação, bem como em atividades de apoio à comunidade, especialmente entre a população menos favorecida da cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Entre as atividades mais importantes de 2017, vale salientar:

- Ritmo constante de arrecadação de fundos por meio de rifas, doações e outras atividades (vide quadro em anexo).
- Redação e aprovação dos estatutos do Comitê.
- Apoio a despesas de saúde.
- Contribuição para campanhas institucionais.
- Doações a instituições de Santa Cruz de la Sierra:
 - Lar "Madre María"
 - Almoço de Natal para crianças do Bairro Suárez, no Plan 3000
 - Produtos de higiene pessoal para a escola de ensino primário de Chaco Güembé
 - Jantar para arrecadação de fundos Voluntárias Câncer de Mama
 - Unidade Educacional Alto San Pedro 1 – Merenda dos avós
- Criação do programa de bolsas educacionais "Tios e Tias"
- Organização da Festa do Voluntariado: "Primavera Solidária"



Inauguração da nova sede do FONPLATA

Em 4 de julho de 2017, com a presença do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, inauguramos nossa nova sede no edifício Ambassador Business Center, localizado no bairro Equipetrol, em Santa Cruz de la Sierra.

É a primeira sede própria do órgão desde sua fundação em 1974, com instalações adequadas às necessidades de funcionamento do FONPLATA e, ao mesmo tempo, adaptável a suas necessidades futuras.



Na inauguração também estiveram presentes o ministro de Economia do Uruguai, que naquele momento também exercia a Presidência da Assembleia de Governadores do FONPLATA, Danilo Astori, a Ministra de Planejamento e Desenvolvimento da Bolívia, Mariana Prado, e a Ministra de Fazenda do Paraguai, Lea Giménez.







FONPLATA



SEDE

Tel.: (+591-3) 315 9400

Caixa Postal 2690

Avenida San Martín # 155. Bairro: Equipetrol,
Edifício Ambassador Business Center, 3º Andar,
Santa Cruz de la Sierra, Bolívia



**ESCRITÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE
PROJETOS**

Tel.: (+595-21) 453 320

Avenida Mariscal López N° 957
Assunção, Paraguai



SITE

www.fonplata.org



E-MAIL

contacto@fonplata.org



FACEBOOK

fonplata



TWITTER

@fonplata



YOUTUBE

fonplata



FONPLATA